



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

PDI

Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2013-2017

Revisado e atualizado



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Oswaldo Barreto Filho

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

José Bites de Carvalho



REITORIA

José Bites de Carvalho

VICE-REITORIA

Carla Liane Nascimento dos Santos

CHEFIA DE GABINETE

Maria Aparecida Porto Silva

PROCURADORIA JURÍDICA – PROJUR

Rosilene Evangelista da Apresentação

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD

Kathia Marise Borges Sales

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG

Atson Carlos de Souza Fernandes

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX

Maria Celeste Souza de Castro

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PRAES

Ubiratan Azevedo Menezes

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS – PROAF

Marluce de Lima Macedo

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UNEAD

Jader Cristiano Magalhães de Albuquerque

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO – PROPLAN

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

Jairo Luiz de Oliveira Sá/Luzinete Gama de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PGDP

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA - PROINFRA

Marcelo Guimarães Varela

SECRETARIA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – SEAVI

Ivan Luiz Novaes

SECRETARIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SERINT

Jardelina Bispo do Nascimento

SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL – SEAI

Wilson Roberto de Mattos

SECRETARIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS – SELCC

Luzinete Gama de Oliveira /Lídia Boaventura Pimenta

SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – SECONF

Márcio Santos Sampaio

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – UDO

Benjamin Ramos Filho

ASSESSORIAS ESPECIAIS

Antônio José Batista de Azevedo

Cláudia Silva de Santana

Gildecil de Oliveira Leite

Marcus de Almeida Gomes

ASSESSORIA ESPECIAL DE CULTURA E ARTES – ASCULT

Isa Maria Faria Trigo

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM

Tiago Santos Sampaio

EDITORA UNEB – EDUNEB

Sandra Regina Soares

SERVIÇO MÉDICO ODONTOLÓGICO E SOCIAL – SMOS

Isnaia Junquilha Freire Calazans Souza

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – SISB

Consuelo Silva Falcão

OUVIDORIA

Neirivan das Virgens

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – SALVADOR

Profº. Daniel de Cerqueira Góes

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – SALVADOR

Profº. Flávio Dias dos Santos Correia

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – SALVADOR

Profº. Valdélio Santos Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – SALVADOR

Profº. Marco Antônio Araújo Silvany

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – ALAGOINHAS

Profª. Maria Rosileide Bezerra de Carvalho

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – ALAGOINHAS

Profª. Áurea da Silva Pereira Santos

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – JUAZEIRO

Profº. Jairton Fraga de Araújo

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – JUAZEIRO

Profª. Márcia Guena dos Santos

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – JACOBINA

Profº. Antenor Rita Gomes/Profª. Venétia Durando Braga Rios

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Profª. Maria Izabel Freitas Santos Matos

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAETITÉ

Prof^o. Ginaldo Cardoso de Araújo

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – SENHOR DO BONFIM

Prof^o. Marcos Fabio Oliveira Marques

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – PAULO AFONSO

Prof^a. Érika dos Santos Nunes

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – BARREIRAS

Prof^a. Marilde Queiroz Guedes

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – TEIXEIRA DE FREITAS

Prof^a. Minervina Joseli Espínola Reis

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – SERRINHA

Prof^a. Elivânia Reis de Andrade Alves

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – GUANAMBI

Prof^o. José Aparecido Alves Pereira

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – ITABERABA

Prof^o. Climério Manoel Macedo Moraes

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CONCEIÇÃO DO COITÉ

Prof^o. Deijair Ferreira da Silva

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – VALENÇA

Prof^o. Pedro Augusto Lopes Sabino/Prof^o. Paulo José Gonçalves de Souza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – IRECÊ

Prof^o. Joabson Lima Figueiredo

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – BOM JESUS DA LAPA

Prof^a. Elvina Perpétua Ramos Almeida

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – EUNÁPOLIS

Prof^a. Maria Jacilda da Silva Farias Laurindo

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – CAMAÇARI

Prof^a. Márcia Santos Cerqueira

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – BRUMADO

Prof^o. José Manuel Teixeira Castrillon

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – IPIAÚ

Prof^o. Otávio de Jesus Assis

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – EUCLIDES DA CUNHA

Prof^a. Juciana Santos Cerqueira

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – SEABRA

Prof^a. Iranice Carvalho da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – XIQUE-XIQUE

Prof^a Rita de Cassia Chagas Carvalho

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO PDI 2013-2017

Luiz Paulo Almeida Neiva – Presidente

Fernanda Lima Badaró Lacerda – Suplente Pró-Reitoria de Planejamento

José Claudio Rocha – Titular Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

Fernando Luís de Queiroz Carvalho – Suplente Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

José Bites de Carvalho – Titular Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Dayse Lago de Miranda – Suplente Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Adriana dos Santos Marmorini Lima – Titular Pró-Reitoria de Extensão

Reginaldo Conceição Cerqueira – Suplente Pró-Reitoria de Extensão

Augusto César Rodrigues Mendes – Titular Comissão Própria de Avaliação

Maira Portofé de Mello – Suplente Comissão Própria de Avaliação

Wilson Roberto de Mattos – Titular Gabinete da Reitoria

Paulo José Gonçalves de Souza – Suplente Gabinete da Reitoria

Carla Liane Nascimento dos Santos – Titular Diretores de Departamentos

Marcus de Almeida Gomes – Suplente Diretores de Departamentos

Antonio José Batista de Azevedo - Titular Diretores de Departamentos

Flávio Dias dos Santos Correia - Suplente Diretores de Departamentos

Marcelo Ferreira Lemos Filho – Titular Representação Estudantil

Anderson Lima Rodrigues – Suplente Representação Estudantil

COMISSÃO ORGANIZADORA CENTRAL 1ª CONSULTA UNIVERSITÁRIA AMPLA DA UNEB

Wilson Roberto de Mattos - Presidente

Ivan Luiz Novaes

Jairo Luiz de Oliveira Sá

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda

GT PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PDI 2013-2017

Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

Secretaria Especial de Articulação Interinstitucional (SEAI)

Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI)

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bolsas de Assistência Estudantil: oferta e concessão em 2015	60
Tabela 2 – Bens imóveis da Universidade – área terreno/área construída	76
Tabela 3 - Orçamento UNEB 2013-2015	104
Tabela 4 - Orçamento UNEB 2016	105
Tabela 5 - Receitas previstas x realizadas UNEB 2013-2015	109
Tabela 6 - Receitas previstas UNEB 2016 e projeção 2017	110
Tabela 7 - Despesas UNEB 2013-2017	111
Tabela 8 - Despesas UNEB 2016 e projeção 2017	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resoluções do CONSU de criação de novas unidades	24
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da UNEB	25
Figura 2 – Mapa de localização dos <i>campi</i> UNEB	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Orçamento UNEB 2013-2015	105
Gráfico 2 - Orçamento UNEB 2016 (PL LOA 2016)	106

SUMÁRIO

Apresentação	15
1. Missão	18
2. História	18
3. Princípios institucionais	20
4. Objetivos institucionais	22
5. Organização administrativa	23
6. Inserção regional	26
7. Políticas para a área acadêmica	28
I. Ensino de graduação	28
II. Pesquisa, ensino de pós-graduação e inovação	33
III. Extensão	38
IV. Educação a Distância	43
8. Ações afirmativas	48
I. Acessibilidade	53
9. Assistência estudantil	55
10. Políticas para a área meio	61
I. Gestão eficiente, descentralizada e transparente	61
II. Modernização	67
III. Infraestrutura	72
IV. Internacionalização	78
V. Corpo docente	81
VI. Corpo técnico administrativo	82
VII. Corpo discente	84
VIII. Sistema de bibliotecas	84
IX. Serviço médico, odontológico e social	88
X. Editora	91

11. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	95
I. Perfil de egresso	95
II. Seleção de conteúdos	96
III. Princípios metodológicos	96
IV. Processo de avaliação	97
V. Atividade prática profissional, complementar e de estágio	97
12. Avaliação institucional	98
13. Aspectos financeiros e orçamentários	103
I. Planejamento econômico-financeiro	103
II. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira	107
14. REFERÊNCIAS	115

Apresentação

A Gestão Universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), iniciada em janeiro de 2014, propôs, como parte de uma reforma administrativa, a ampliação da participação efetiva e representativa da comunidade universitária nas decisões institucionais, e a revisão de seus marcos regulatórios administrativos e acadêmicos, dentre os quais se destaca o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Essa nova Gestão compreende a relevância do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a UNEB enquanto documento que mais completamente expressa sua identidade, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que pretende desenvolver.

Além disso, todo e qualquer instrumento de planejamento, o PDI incluído, tem caráter orgânico, dinâmico e flexível, permitindo sua adequação às frequentes mudanças no ambiente interno e externo, frente ao acirramento das dinâmicas contemporâneas nas diversas áreas e esferas, e ao avanço acelerado das inovações, sobretudo da tecnologia da informação, que de-mandam cada vez mais a utilização de ferramentas modernas de gestão. Nesse sentido, por mais bem elaborado que seja o instrumento, é fundamental que ocorram o monitoramento e a avaliação periódica de seus objetivos e metas, a fim de possibilitar o diagnóstico de obstáculos e avanços, que por sua vez determinará a necessidade de ajustes ou replanejamento.

Tendo em vista tanto a relevância quanto o caráter dinâmico e flexível do PDI, além da recomendação registrada em ata do CONSU de 16/05/2013, de que o PDI 2013-2017 passasse por processo de revisão e atualização a partir de 2014, foi iniciada, ainda no primeiro semestre de 2014, a revisão e atualização do PDI 2013-2017, com a constituição de Grupo de Trabalho formado por servidores da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), da Secretaria Especial de Articulação Interinstitucional (SEAI), da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI) e da Comissão Própria de avaliação (CPA).

O GT realizou estudos, levantamentos e proposições de metodologias e de cronogramas para subsidiar o processo de revisão e atualização, e sua primeira atividade foi o levantamento dos marcos regulatórios do PDI e dos principais documentos de planejamento da UNEB, sendo eles o PDI 2013-2017, o Projeto de Gestão 2014-2017, o Plano de Ações Prioritárias (PAP) 2014, o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Orçamento 2014, bem como a proposta orçamentária para 2015, que foram então analisados, agregados em 17 eixos temáticos, que representam as principais áreas de atuação da Universidade, e alinhados às dimensões do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

O Projeto de Gestão 2014-2017 compreende as propostas que emergiram do debate democrático desenvolvido ao longo da campanha para Reitoria da UNEB em 2013, e que expressam a identidade unebiana e a vontade de renovação de sua comunidade. Já o PAP 2014 foi construído com larga mobilização e debate da Equipe Central da Gestão Universitária, e das equipes específicas de todas as unidades da Administração Central. O PDI 2013-2017 teve como referencial teórico para sua elaboração o Plano Estratégico da UNEB, o Plano Plurianual 2012-2015, o Plano de Metas 2010-2013, o relatório da CPA e os relatórios circunstanciados de atividades da Universidade. Na elaboração do PPA 2012-2015, as pró-reitorias e os departamentos inscreveram nos programas temáticos os seus Compromissos e relacionaram Entregas a serem desenvolvidas no contexto das ações orçamentárias. Por sua vez, o Orçamento 2015 reflete o planejamento anual da Universidade, com a alocação de recursos nas ações destacadas como prioritárias.

Concomitantemente aos trabalhos para revisão e atualização do PDI, a comunidade universitária foi instada a se reunir, debater e estabelecer metas para o PPA 2016-2019, em todas as áreas de atuação da Universidade, cujo período de elaboração se iniciou em abril e foi encerrado em agosto de 2015. Também nesse período foi elaborada a proposta orçamentária para 2016, com ampla participação das unidades que compõem a ECGU e dos 29 departamentos da UNEB.

Em abril de 2015, foi dado início a uma ampla campanha de divulgação do processo de revisão e atualização do PDI, que contou com duas séries de videoconferências, uma em abril e outra em outubro, a criação e publicação de Cartilha Informativa e a criação de página específica do PDI no

portal da UNEB, onde estão disponibilizados os documentos que serviram de subsídio às discussões acerca do PDI, legislação específica, as informações referentes à elaboração do PPA 2016-2019 e os documentos da 1ª Consulta Universitária Ampla.

Dessa forma, foi com base nos documentos acima citados, nas reflexões suscitadas pelas discussões à época da elaboração dos mesmos, e nos resultados, mesmo que parciais, da consulta à comunidade universitária, que se lastreou a revisão do PDI 2013-2017, aqui apresentada.

José Bites de Carvalho
Reitor

1

MISSÃO

Produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, em dimensão estratégica, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade etnocultural, assim se constitui a missão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, articuladas de modo a garantir a produção do conhecimento, a Universidade contribui para o desenvolvimento do Estado da Bahia, do Nordeste e do país, ao promover a formação de profissionais qualificados, a produção e disseminação do saber, em busca da construção de uma sociedade com equidade social.

2

HISTÓRIA

Em fevereiro de 1968, a Portaria Ministerial nº 111 criava o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), autorizado a funcionar mediante convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Educação e Cultura, e que viria a ser o núcleo embrionário da Universidade do Estado da Bahia. Em 1969, o Decreto Estadual nº 21.455, estabeleceu disposições sobre o funcionamento do Centro e sua manutenção e administração a cargo da referida Secretaria.

Transformado em Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, em 10/04/74, manteve a sigla Ceteba e assim funcionou até o advento da Lei Delegada nº 12 de 03/12/80 pela qual, ao mesmo tempo em que se extinguiu o Ceteba, criava-se a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb), com o status de autarquia estadual vinculada à Secretaria de Educação. Com

tais prerrogativas, a Seseb passou a congregar e integrar as unidades do Sistema Estadual de Educação Superior no Estado da Bahia: Ceteba, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê e de Juazeiro.

Em junho de 1983, a Lei Delegada nº 66 de 01/06/83 extinguiu a Seseb, criando a Universidade do Estado da Bahia, constituída pelas unidades vinculadas àquela autarquia, às quais se juntaram duas ulteriormente criadas: as Faculdades de Educação da Universidade do Estado da Bahia, localizadas em Salvador e em Senhor do Bonfim.

O funcionamento da UNEB foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937 de 17/07/86, caracterizando-se como instituição de ensino superior “mantida pela autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema multicampi de funcionamento, vinculada à então Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia”.

Consolida-se o acesso ao ensino superior, também no interior do estado, com o reconhecimento da UNEB, através da Resolução nº 115/95 do Conselho Estadual de Educação (CEE), homologada pela Resolução nº 351/95 do Conselho Federal de Educação (CFE) e Portaria Ministerial nº 909 de 31/07/95.

A partir da vigência da Lei Estadual nº 7.176 de 10/9/97, regulamentada pelo Decreto Governamental nº 7.223/98 de 20/1/98, foi instituída na UNEB a estrutura orgânica com base em departamentos, passando a ser administrada pelo sistema binário¹, extinguindo-se as faculdades e centros existentes, o que foi referendado pela Portaria nº 909 de 31/07/98, do Ministério da Educação e Cultura.

A UNEB tem como características básicas: ser uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado; autárquica do regime especial de ensino, pesquisa e extensão, possui personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira, com patrimônio próprio, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador e

1 Estrutura universitária que contempla dois níveis executivos e decisórios: Reitoria e departamentos, ao invés do ternário que contempla, além de reitoria e departamentos, os institutos e faculdades.

jurisdição em todo o estado. Atendendo à sua estrutura *multicampi*, agrega 29 departamentos, sediados em 24 centros regionais de médio e grande porte. Teve o seu recredenciamento através do Decreto Governamental nº 9.751, de 3 de janeiro de 2006, e, mais recentemente em 2011, através do Decreto Governamental nº 13.664, de 7 de fevereiro.

Desde a sua criação, em 1º de junho de 1983, por definição legal – e em função de sua configuração institucional –, adequou-se estrutural e operacionalmente à incumbência de difundir o saber, promover a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico, colaborando em base estratégica para o desenvolvimento da educação superior na Bahia e, conseqüentemente, das regiões onde está inserida.

De posse do legado institucional das unidades universitárias preexistentes, a UNEB estruturou uma consistente expansão – quantitativa, qualitativa e geográfica – do conjunto original, promovendo a criação de novas unidades no estado e o aperfeiçoamento de seus cursos.

3

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

O contexto mundial de grandes transformações, com o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, as mudanças globalizantes promovidas pela tecnologia de informação e comunicação e as repercussões ambientais causadas pelas drásticas mudanças climáticas, entre outras, impõe que as universidades, enquanto produtoras do conhecimento, ampliem seus esforços na busca de soluções para reverter os efeitos negativos e apropriar oportunidades na convivência com essas mutações pujantes e emblemáticas. Nos países emergentes tais desafios ganham especial magnitude, frente às variáveis específicas de dinamismo econômico que neles se apresentam.

As desigualdades regionais evidenciam, no Brasil, a abrangência e a gravidade dessas questões, que provocam em regiões como o Nordeste – notadamente no semiárido – gravames e conseqüências

de maior monta, em decorrência do baixo dinamismo econômico e da incipiente competitividade, que se somam ao quadro de instabilidades climáticas na região, marcado por períodos irregulares de seca, exigindo a implementação de políticas estruturantes para reverter a prática das políticas compensatórias sazonais.

É nesse ambiente de reflexão que a UNEB norteia suas ações, a partir dos seguintes princípios:

- Transparência;
- moralidade;
- ética;
- respeito às diversidades étnicas, raciais, culturais, de gênero, geracional, de inserção territorial geográfica, política, religiosa, de orientação sexual, de deficiência física e de qualquer outro contexto que implique no exercício da cidadania plena;
- multicampia e multirregionalidade;
- inserção no desenvolvimento regional;
- autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- gratuidade e qualidade do ensino público;
- acesso e permanência com qualidade e sucesso;
- compromisso com a inclusão social;
- inovação e desenvolvimento científico e tecnológico;
- articulação intra e interinstitucional;
- integração entre o ensino superior e a educação básica.

A Universidade do Estado da Bahia tem como objetivo primordial a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, da pluralidade etnocultural e demais princípios do direito público.

As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão buscam a formação do homem como ser integral, o desenvolvimento socioeconômico, político, etnocultural, artístico e literário, a promoção do acesso, difusão e socialização do saber, a participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas nas esferas federal, estadual e municipal, a formação e capacitação de profissionais e a participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere.

A UNEB, comprometida com as grandes questões do seu tempo, relaciona os seguintes objetivos específicos:

- formar cidadãos em todas as dimensões necessárias para a vida plena em sociedade e exercício de competências profissionais com qualidade e compromisso ético;
- produzir e difundir o conhecimento, enquanto elementos constitutivos da identidade da universidade contemporânea, por meio da indissociabilidade entre a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão, comprometidos com a equidade social, às identidades territoriais e aos saberes produzidos nas diversas comunidades;
- garantir o acesso e permanência, com qualidade e sucesso, na Universidade, a discentes, docentes e técnico-administrativos;
- fomentar um processo permanente de ampliação da participação efetiva e representativa da comunidade universitária nas decisões institucionais;

- atuar de forma incisiva, através de programas e ações, no fortalecimento da integração da Universidade com a sociedade;
- ampliar o papel da Universidade no desenvolvimento sustentável, social, cultural e econômico nos municípios, regiões e no estado da Bahia como um todo;
- fortalecer a autonomia acadêmica, com pluralidade metodológica, preservando a capacidade de decisão interna, e possibilitar a incorporação de distintos métodos e práticas inovadoras de ensino, pesquisa e extensão;
- investir na formação de pesquisadores, capacitação, qualificação e valorização de docentes e técnicos administrativos, a fim de garantir a qualidade das ações finalísticas e de suporte da Universidade;
- ampliar o número de ações extensionistas, fortalecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ampliar a base científica e tecnológica da Universidade, favorecendo a interiorização da pesquisa e pós-graduação, contribuindo para a superação das assimetrias inter e intrarregionais;
- investir na internacionalização com a realização de pesquisas, produção de conhecimento e intercâmbio de pesquisadores em agendas de interesse local, regional e global.

5

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A UNEB é regida, observada a sequência hierárquica dos diplomas legais, pela legislação brasileira, no que se aplicar especificamente à educação e ao ensino superior mantidos pelo Estado; pela legislação estadual específica; pelo seu Estatuto; pelo seu Regimento Geral; pelas normas dos órgãos deliberativos integrantes da administração superior Universitária, nos respectivos âmbitos

de competência estatutária e regimental; pelos regimentos internos da administração e dos órgãos deliberativos setoriais, dos seus respectivos campos de atuação, na forma do Regimento Geral; pelas normas dos órgãos deliberativos setoriais da Universidade, respeitadas as instâncias contidas no item anterior.

São órgãos deliberativos da administração superior o Conselho Universitário (CONSU), o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e o Conselho de Administração (CONSAD). E são órgãos deliberativos setoriais da Universidade os Conselhos de Departamento e os Colegiados de Curso.

A partir de 2014, em um processo de reorganização e modernização administrativa foi criada a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), quatro novas Secretarias, Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC), Secretaria Especial de Articulação Interinstitucional (SEAI), Secretaria Especial de Avaliação (SEAVI), Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT), e a Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), conforme Resoluções do CONSU no quadro abaixo.

Quadro 1 – Resoluções do CONSU de criação de novas unidades

PROCESSO	OBJETO	RESOLUÇÃO
0603140009756	Aprova a criação e implantação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) da UNEB	1023/14
0603140062550	Aprova a criação implantação da Secretaria Especial de Licitações e Contratos e Convênios (SELCC)	1.024/2014
0603140019662	Aprova a criação implantação da Secretaria de Articulação Interinstitucional (SEAI)	1.025/2014
0603140018240	Aprova a criação implantação da Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI)	1.026/2014
0603140018712	Aprova a criação implantação da Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT)	1.027/2014
0603120258563	Aprova a criação implantação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD) da UNEB	1051/14
0603150010680	Aprova a criação e implantação da Secretaria Especial de Contabilidade e Finanças (SECONF) da UNEB	1106/15

Fonte: Secretaria dos Conselhos

Organograma UNEB

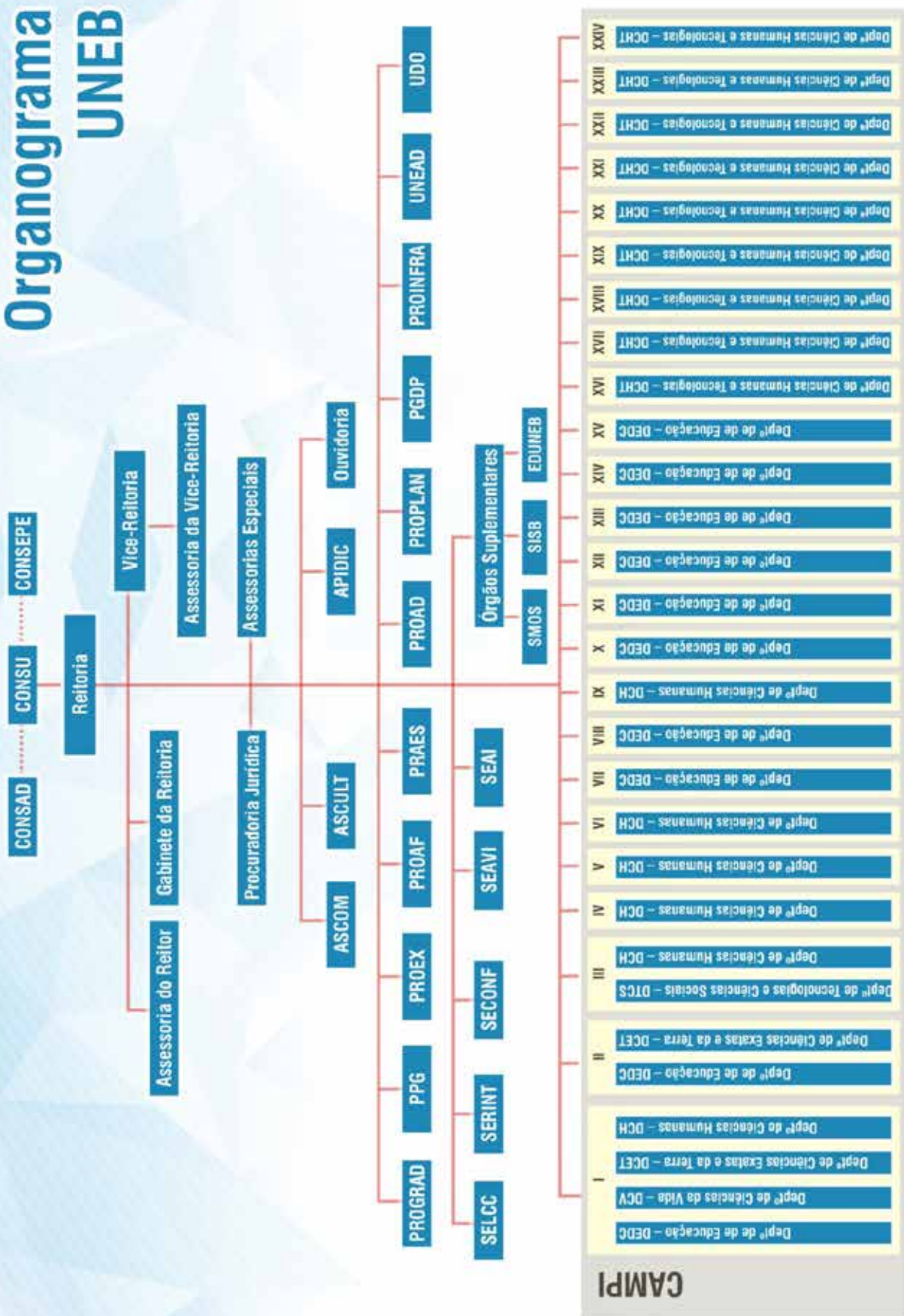


Figura 1 – Estrutura organizacional UNEB

A natureza multicampi da UNEB, a capilaridade de suas estruturas e a dimensão de seu corpo acadêmico e técnico-administrativo possibilitam a efetivação de programas e ações que apontem saídas para o desenvolvimento sustentável, tendo como foco essencial o Estado da Bahia.

Em seus 24 *campi*, presentes em 19 dos 27 territórios de identidade do estado, oferece cursos de graduação em diversas áreas de conhecimento, respeitando a identidade das populações desses espaços geográficos, oportunizando o seu crescimento pessoal e profissional e contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

O fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, a geração e difusão do conhecimento, a inovação, a potencialização do incremento científico e tecnológico, a promoção do ensino de qualidade e a ampliação dos campos de oferta da extensão são elementos basilares das ações da UNEB, que, ao longo de seus 30 anos, tem implementado programas, projetos e ações visando ao enfrentamento e minimização dos grandes impasses e dilemas a serem enfrentados nas próximas décadas. Dentre eles, destaca-se a superação das desigualdades socioeconômicas mediante um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de harmonizar crescimento econômico com justiça social e prudência ecológica.

Os cursos de Educação a Distância (EaD) ampliam ainda mais a abrangência da Universidade, a partir das vagas ofertadas na graduação e na pós-graduação, na formação do capital intelectual e na interiorização do ensino superior no estado.

UNEB MULTICAMPI NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

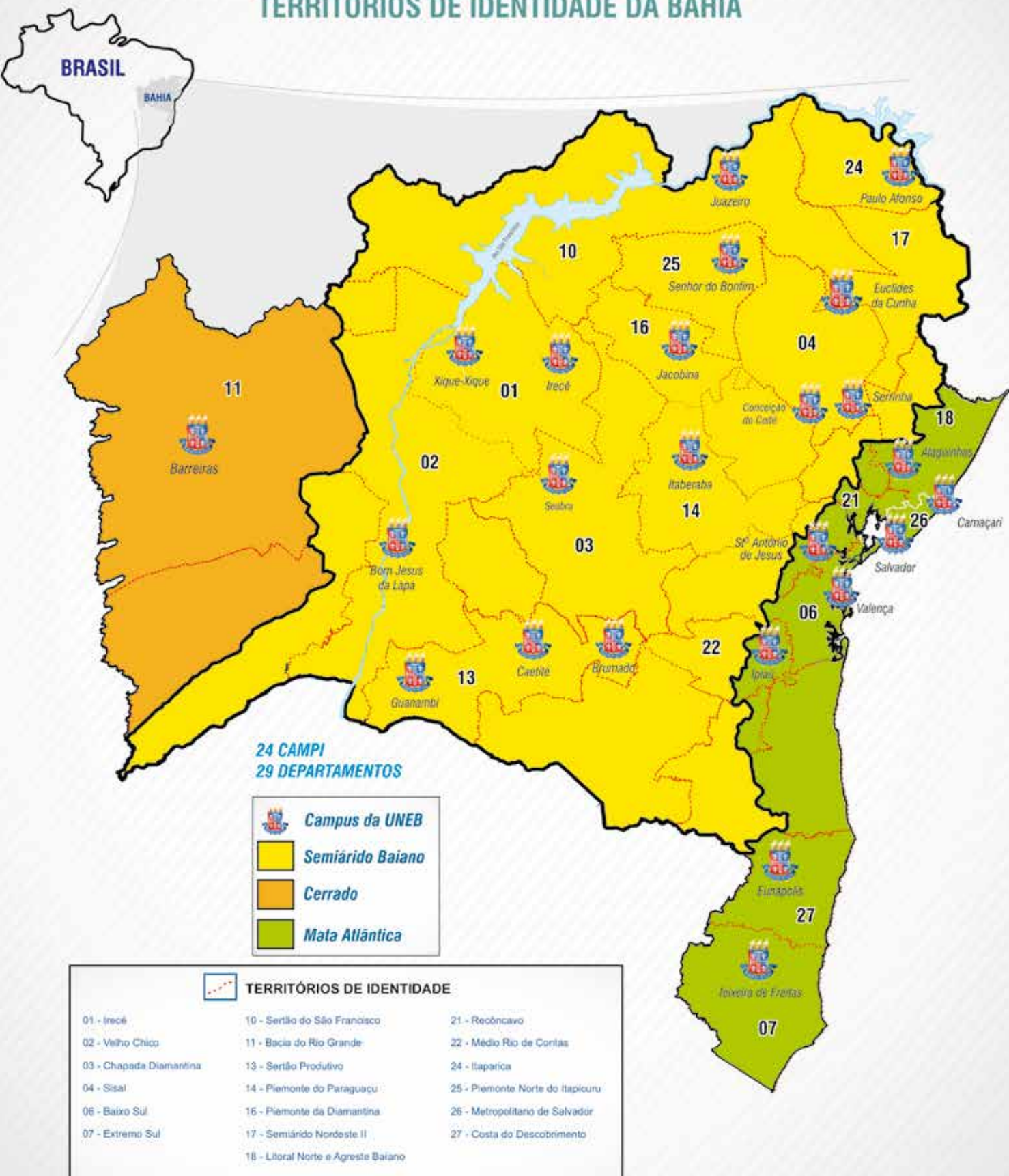


Figura 2 – Mapa de localização dos campi UNEB

Por sua natureza multicampi e multirregional, a UNEB possui vantagens comparativas e competitivas em relação às outras instituições de ensino superior no estado. Tais vantagens favorecem, ainda, a atuação, mediante redes virtuosas, em regiões que apresentam baixos indicadores sociais, assentada no propósito de contribuir para a interiorização e a democratização do ensino superior, que eleva a instituição ao papel de agente fomentador do desenvolvimento regional.

Além da variedade dos cursos oferecidos regularmente, perpassando as várias áreas do conhecimento, contribui para a consolidação da perspectiva de democratização o desenvolvimento dos Programas Especiais, em parceria com as prefeituras locais, o Governo do Estado, o Governo Federal e organizações não governamentais.

Ressalta-se a importância dos órgãos suplementares, a exemplo dos centros estratégicos de pesquisa, que desenvolvem, subsidiariamente, atividades finalísticas e atividades-meio necessárias ao alcance pleno da missão, das diretrizes e objetivos institucionais; bem como dos órgãos de apoio acadêmico-administrativos, que são desdobramentos de órgãos executivos de cunho finalístico e/ou de suporte, vinculados à administração superior ou setorial, investidos da função de propiciar o apoio logístico necessário ao funcionamento da instituição universitária.

I. Ensino de graduação

Os princípios que definem as políticas para o ensino de graduação são pautados na concepção da educação para a formação de um cidadão integral, visando ao desenvolvimento e fortalecimento de valores humanísticos, éticos, políticos e culturais, sustentados por bases científicas e tecnológicas, de modo a possibilitar a articulação e a inovação de conhecimentos. Quais sejam:

- ensino ancorado na formação geral e profissional do graduando, possibilitando o desenvolvimento de uma postura crítica e autocrítica frente aos desafios inerentes às condições do exercício profissional e às demandas da sociedade contemporânea;

- ensino concebido como um percurso, orientado pelos projetos pedagógicos dos cursos com a perspectiva de formação para a autonomia, para a consciência crítica da realidade e potencialidades do território de identidade em que o curso está inserido, sem perder o olhar globalizado que a sociedade contemporânea requer;
- articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumento para induzir as mudanças nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação proposta;
- autonomia pedagógica na formação do cidadão e articulação com os diversos segmentos que compõem a sociedade, na perspectiva de oportunizar o acesso às diversas formas de conhecimentos, inclusive aqueles adquiridos fora do planejamento pedagógico tradicional;
- acesso à universidade pautado pela democratização, cujo objetivo principal é a igualdade de oportunidades aos diversos segmentos sociais;
- formação de cidadãos e profissionais sensíveis, reflexivos, criativos, investigativos, críticos, competentes técnica, política e eticamente comprometidos com a aplicação do conhecimento em prol da melhoria da qualidade de vida da população.

São diretrizes desta política:

- a articulação com as políticas nacionais e estaduais de educação;
- ampla participação acadêmica na definição das macropolíticas de ensino de graduação;
- primazia à qualidade, eficiência, eficácia e efetividade na gestão dos cursos e nos processos pedagógicos;
- a reflexão sobre os conceitos e modelos de Currículo vigentes no Brasil e fora dele;
- o fortalecimento da graduação por meio de discussões e ações transversais, que contemplem as diversas dimensões da Universidade.

Para o período a que se refere este PDI, após revisão e atualização do documento em 2015, foram estabelecidas as seguintes metas:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Criação do Portal de Egressos.	Subsidiar a elaboração/revisão dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação.
2	Implantação de Programa de Iniciação Universitária.	Fortalecer a caminhada acadêmica inicial na Universidade, para alunos ingressantes nos diferentes cursos de graduação.
3	Ampliação do número de vagas e de cursos de graduação no turno noturno.	Viabilizar o acesso de trabalhadores que atuam nos demais turnos
4	Implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, para estudantes matriculados em cursos de licenciatura.	Fortalecer a formação docente através da inserção/atuação no cotidiano das escolas públicas, contribuindo para a elevação da qualidade do ensino público no Estado.
5	Elaboração e implantação do sistema de acompanhamento de políticas curriculares.	
6	Elaboração de documento sobre política de Educação do Campo.	Subsidiar a política institucional de Educação do Campo.
7	Concessão de bolsas por meio do Programa de Bolsas de Monitoria de Ensino.	Mensurar a qualidade da gestão da Política de Ações Afirmativas da UNEB.
8	Fortalecimento do PROLAB – GRADUAÇÃO.	Apoiar os laboratórios de graduação, visando o seu pleno funcionamento.
9	Atualização e implementação das resoluções de estágio, TCC e Atividade de Campo, incluindo as diversas modalidades de oferta.	Atualizar os marcos regulatórios, e dar suporte à implementação de dispositivos normativos acadêmicos.
10	Fortalecimento do Programa PIBID na UNEB.	Alinhar as ações de coordenação e acompanhamento dos subprojetos PIBID, no âmbito dos cursos de Licenciatura da UNEB.

11	Criação da Revista Eletrônica da PROGRAD.	Socializar e difundir experiências inovadoras na Gestão Acadêmica e no desenvolvimento curricular dos cursos de Graduação, através da publicação de trabalhos em formato de relatos de experiência, ou artigos científicos de análise destas.
12	Constituição de Comissão Central e Comissões Setoriais de Estágio.	Avaliar práticas e regulamentação de estágio curricular da graduação, fomentando experiências inovadoras e a articulação teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão.
13	Realização de Encontro de Estágio, envolvendo todos os cursos e departamentos da Universidade.	Refletir sobre as práticas de estágio curricular e socializar experiências exitosas.
14	Revisão do cadastramento no SAGRES, de todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação.	Diagnosticar problemas e proceder à revisão do cadastramento no SAGRES com vistas à regularização dos registros acadêmicos e melhor acompanhamento do percurso de integralização curricular do discente.
15	Constituição de Comissão Central de Acompanhamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação, em articulação com a PPG e a PRÓEX.	Avaliar práticas e regulamentação de Orientação para TCC de graduação, fomentando experiências inovadoras e a articulação teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão.
16	Revisão e informatização dos documentos e instrumentos de acompanhamento de Monitoria de Ensino.	Implementar sistemática contínua e informatizada de acompanhamento e avaliação das ações de Monitoria de Ensino.
17	Inclusão da temática de Monitoria de Ensino nas ações formativas junto aos Coordenadores de Colegiado.	Realizar ações formativas com os docentes orientadores e discentes monitores, visando a qualificação do desenvolvimento curricular dos cursos através da Monitoria de Ensino.
18	Publicação de Edital de fomento a experiências inovadoras\exitosas nas áreas de orientação de TCC e de Monitoria de Ensino.	Socializar as experiências selecionadas pelo Edital, por meio de sua publicação na Revista Eletrônica da PROGRAD e no Evento de Formação de orientadores de TCC e Monitoria de Ensino.
19	Realização de encontros, eventos e curso de formação de Coordenadores de Curso, parte deles através dos Fóruns das Áreas de Conhecimento.	Qualificar a gestão acadêmica da graduação no âmbito dos colegiados de curso, através da formação contínua, e em serviço, dos seus Coordenadores.

20	Diagnóstico da situação estrutural dos cursos implantados a partir de 2012.	Assessorar e apoiar a estruturação inicial dos cursos de graduação implantados a partir de 2012, incluindo adequações curriculares, formação das coordenações e mediação junto a outras instâncias da Administração Central para composição de corpo docente, espaço físico, laboratórios e acervo bibliográfico.
21	Diagnóstico das condições de funcionamento e adequação curricular dos cursos da área de Engenharia,	Fortalecer e ampliar o elenco de cursos da área de Engenharia, tendo em vista o melhor atendimento às demandas da comunidade.
22	Revisão da regulamentação de mobilidade discente, instituindo, dentre outros, procedimentos e instrumentos específicos.	Fomentar e qualificar a mobilidade discente, entre os cursos de graduação dos diversos Departamentos da Universidade e com outras IES conveniadas, visando ofertar um percurso formativo mais amplo e diversificado para os discentes.
23	Fortalecimento da produção científica sobre a docência Universitária com a Série Práxis Pedagógicas.	Fomentar o debate e criar espaços de produção científica que agreguem saberes e desenvolvam formação para a docência Universitária.
24	Fomento e apoio à criação do Mestrado Docência Universitária.	Fortalecer a formação dos docentes da Universidade.
25	Construção de indicadores para avaliação dos cursos de graduação.	Fortalecer o desenvolvimento do ensino de graduação, através de processos avaliativos contínuos, reflexão sistemática, por áreas do conhecimento, e análise técnica de demanda social e potencialidades.
26	Realização de balanço da ocupação de vagas nos processos seletivos.	Garantir a expansão com qualidade na implementação de cursos de graduação, assessorando e articulando definições gerais para permanência e acolhimento de novos cursos a partir de estudos de viabilização .
27	Construção e implementação de novo modelo de sistema de seleção das vagas remanescentes.	Garantir a expansão com qualidade na implementação de cursos de graduação, normatizando seu funcionamento no que se refere à seleção para vagas remanescentes.

28	Elaboração de proposta para novo modelo de adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU).	Avaliar o histórico da UNEB com a ofertas de vagas pelo SiSU - Sistema de Seleção Unificada, realizando análises por curso e departamento, com vista a reestruturação do formato de adesão.
29	Implantação do Fórum de Licenciaturas.	Criar espaço de debate, reflexão e encaminhamentos relativos à gestão acadêmica da formação de professores na Universidade.

II. Pesquisa, ensino de pós-graduação e inovação

O desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, fundamentados na pesquisa, é elemento constitutivo, e essencial, da identidade da universidade contemporânea. Atualmente, a prática da pesquisa, no âmbito das universidades, tem se desenvolvido principalmente, mas não apenas, vinculada aos Programas de Pós-Graduação.

Nesse sentido, a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* configura-se em uma grande meta a ser alcançada, e, ao mesmo tempo, em um desafio, tendo em vista os rigorosos critérios de avaliação aplicados aos Programas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC).

Nesse contexto, a política de pesquisa, ensino de pós-graduação e inovação da Universidade, baseada nas diretrizes nacionais para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), destaca:

- formação de recursos humanos de alto nível para atender aos desafios nacionais e estaduais. A Bahia ainda carece de um quadro de pesquisadores qualificados nas diversas áreas do conhecimento e a UNEB, apoiada em sua capilaridade, avoca para si parte expressiva desta tarefa;
- ampliação da base científica e tecnológica. Aliada à necessidade de formação de novos pesquisadores, agrega-se o imperioso desafio de ampliar a base científica e tecnológica, notadamente com a implantação de laboratórios, grupos de pesquisa, núcleos e centros de excelência, multiuso e espaços públicos. Programas como o Proforte e o Prolab, entre

outros, favorecem essa ampliação;

- fomento à pesquisa e à inovação. O incremento da capacidade de investimento na pesquisa e inovação configura-se como um dos eixos importantes desta política. E, para tal, faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo permanente com as agências de fomento, órgãos públicos e empresas, visando à ampliação de recursos para essa área. A título de exemplo, evidencia-se a captação de recursos através de projetos institucionais (CT-Infra Finep, Proequipamentos/Capes) e de iniciativas dos próprios pesquisadores;
- inserção no desenvolvimento regional sustentável da Bahia e da região Nordeste. A construção de bases para um desenvolvimento humano, econômico, social e ambiental sustentável repousa entre as preocupações da política de PPG&I. A integração da Universidade com os três setores – governo, mercado e sociedade civil – deve levar em consideração essa diretriz;
- produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento humano e social. As novas tecnologias de comunicação e informação produziram no mundo inteiro uma verdadeira revolução cultural. A competitividade de uma nação no século XXI está diretamente associada à educação de seu povo, à qualidade dos conhecimentos que são capazes de produzir e transferir tecnologia, bem como à capacidade de aplicação e difusão da ciência, tecnologia e inovação na produção de bens, produtos e serviços, públicos e/ou privados;
- excelência na pesquisa e no ensino de pós-graduação. As ações devem ter como foco essa diretriz, considerando o sistema nacional de avaliação da pós-graduação da Capes, as diretrizes do Conselho Estadual de Educação e os sistemas estadual e federal de inovação;
- estímulo financeiro para a fixação de doutores nas diversas regiões do estado em que a UNEB se insere, e apoio à capacitação mediante concessão de bolsas. Concessão de afastamento integral e parcial para a realização de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado no país e no exterior; concessão de bolsas de apoio à capacitação docente (bolsa PAC); financiamento de participação de professores e estudantes dos programas de pós-graduação

em congressos e seminários internacionais e nacionais avaliados pelo indicador *qualis* da Capes; financiamento de infraestrutura e laboratórios através dos diversos programas como o Prolab e o Proforte;

- cooperação internacional e formação de pesquisadores no exterior. A política de cooperação internacional tem como um de seus principais objetivos a articulação de contatos com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores e estudantes a mobilizarem-se academicamente, através de intercâmbios com universidades conveniadas;
- avaliação e qualidade. A avaliação baseia-se na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade. Os índices enfatizam a produtividade dos orientadores e dos estudantes, que devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo (Brasil/MEC/Capes, 2004);
- fortalecimento dos Centros Estratégicos de Pesquisa da Universidade, dotando-os de estrutura administrativa e funcional, de infraestrutura material, de prerrogativas inovadoras que facilitem a aproximação de professores-pesquisadores e de dotação orçamentária, a fim de que possam funcionar como centro de uma rede temática de pesquisas, estudos e ações formativas complementares que envolvam toda a Universidade.

As metas prioritárias para o período de 2013 a 2017 são:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Fortalecimento dos programas de pós-graduação, grupos e projetos de pesquisa.	Apoiar o desenvolvimento local e regional sustentável, por meio da produção dos Centros e Núcleos, sobretudo, no interior do estado.
2	Mapeamento das redes de pesquisa dentro da UNEB.	Fomentar a articulação das redes de pesquisa da UNEB com outras redes de pesquisa no país e no exterior.
3	Elaboração do Plano de Fomento e Apoio Acadêmico para todos os Programas de Pós-Graduação da UNEB.	Encaminhar à Capes/MEC, propostas de novos cursos de Doutorado.
4	Ampliação dos programas e ações internas de financiamento da produção e da difusão científica, relacionados aos Programas de Pós-Graduação.	
5	Ampliação dos programas e ações internas de financiamento da pesquisa e da inovação, destinando recursos para editais internos de fomento ao desenvolvimento de projetos.	
6	Fomento à prática da pesquisa e da inovação, em todos os Departamentos da UNEB.	Formar e/ou consolidar os grupos de pesquisa institucionais, de modo articulado com o ensino e a extensão universitária.
7	Realização da I Conferência de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UNEB.	Subsidiar a elaboração de um Plano Universitário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
8	Implantação do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e/ou Inovação para docentes, analistas e técnico-administrativos da UNEB.	Estimular o rápido crescimento dos indicadores científicos da UNEB, em especial dos Programas de Pós-Graduação.
9	Implantação da estrutura administrativa e acadêmica dos Centros e Núcleos de Estudos e/ou Pesquisas da UNEB, com gestão autônoma.	Promover o crescimento e a regularidade das suas respectivas atividades finalísticas

10	Prospecção de fontes externas de financiamento para a produção científica.	Apoiar o desenvolvimento e expansão da produção científica da Universidade.
11	Criação do Comitê Institucional de Programas de Pós-Graduação stricto sensu da UNEB.	Constituir um ambiente permanente de discussão da política institucional de Pós-Graduação stricto sensu.
12	Fortalecimento do Programa PPG ITINERANTE.	Estimular a articulação interdepartamental, viabilizando a ampliação de redes de conhecimento na UNEB.
13	Apoio à participação da equipe da PPG em missões acadêmico-administrativas externas.	Ampliar as articulações externas da equipe PPG.
14	Implementação do Programa de Integração e Comunicação Permanente dos NUPES.	Realizar encontros presenciais com a participação dos 29 NUPES.
15	Interiorização da Pós-Graduação stricto sensu.	Fomentar novas propostas de curso em rede nos Campi do interior.
16	Execução do Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, Atração, Interiorização e Fixação de Pesquisadores da UNEB (PROFORT).	Contribuir para o fortalecimento dos grupos e núcleos de pesquisa da UNEB, e favorecer a atração e/ou fixação de pesquisadores da UNEB nos Departamentos localizados no interior do Estado da Bahia.
17	Participação de docente em eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Apoiar a divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação da UNEB.
18	Implantação de novos cursos de pós-graduação stricto sensu.	Implantar novos cursos.
19	Implantação de Doutorado Interinstitucional (DINTER).	Ampliar oferta de cursos para formação de docentes.
20	Descentralização de recursos PROPÓS/AUXPPG.	Dotar os Programas de Pós-Graduação de um montante fixo anual de recursos financeiros, voltados ao exclusivo financiamento de materiais e/ou atividades acadêmicas regulares programadas, objetivando acelerar o processo de consolidação dos mesmos.

21	Implantação do Programa Professor Cooperador da Pós-Graduação stricto sensu.	Fortalecer a Pós-Graduação stricto sensu através do fomento à participação docente nos cursos
22	Concessão de Bolsas do Programa de Iniciação Científica (PICIN).	Contribuir com o ensino de graduação e pós-graduação e promover a formação de recursos humanos na área de investigação científica, através da oferta de oportunidades para a inserção do estudante nas atividades de pesquisa, sob a orientação de um professor-pesquisador.
23	Concessão de Bolsas do Programa Institucional de Apoio à Tecnologia e Inovação (PIBATI).	Formar pesquisadores em propriedade intelectual e transferência de tecnologia.
24	Registro de propriedades intelectuais.	Consolidar os registros de Propriedade Intelectual.
25	Revisão de patentes.	Consolidar as revisões de patente.
26	Promoção de eventos científicos institucionais.	Possibilitar a apresentação de projetos de pesquisa e trabalhos científicos, por docentes e discentes.
27	Apoio à realização de projetos de pesquisas desenvolvidos pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC.	Reforçar a estrutura administrativa e acadêmica do CEEC, visando autonomizar o formato de gestão de forma a promover o crescimento e a regularidade das suas respectivas atividades finalísticas.

III. Extensão

As ações de extensão na UNEB obedecem a uma metodologia participativa e vinculam-se às áreas temáticas – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, atendendo à Política Nacional de Extensão Universitária. As diretrizes políticas da extensão são regulamentadas pelos documentos institucionais e pelo princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, por meio de programas e resoluções, preferencialmente em parceria com os Núcleos Temáticos e os Núcleos de Pesquisa e Extensão dos departamentos.

As ações extensionistas da UNEB enfatizam a responsabilidade social da Universidade no que tange aos programas e políticas voltados para inclusão de grupos sociais historicamente excluídos.

São princípios norteadores da política de extensão:

- Extensão enquanto meio viável de articulação da universidade com a Educação Básica fortalecendo uma visão sistêmica dos diversos níveis de ensino comprometidos com a melhoria dos indicadores educacionais das diversas regiões do Estado da Bahia;
- impacto social: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e a sociedade, com vistas a uma ação emancipadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e para o apoio ao desenvolvimento regional. Esta relação está pautada numa interação dialógica, marcada pela ação bidirecional de troca de saberes e estabelecimento de alianças;
- impacto na formação do estudante: adequação dos currículos de forma que a participação discente esteja pautada em ações que favoreçam a flexibilização curricular e a integralização de créditos adquiridos em práticas na extensão;
- interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas e no efetivo compartilhamento conceitual, teórico e metodológico;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, permite aos estudantes e professores instituírem-se sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem, proporcionando-lhes apreender conhecimentos teóricos e práticos e conferindo uma dimensão de inserção social mais efetiva, considerada a realidade das comunidades.

As diretrizes que orientam as ações de extensão têm como objetivos primordiais a superação das vulnerabilidades e riscos sociais da população excluída e a expressão de suas potencialidades e desejos, reconhecendo sua identidade social, promovendo ações de integração e de qualificação

socioprofissional e criando espaço para o exercício da cidadania. São elas:

- valorização dos programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e das atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacionais;
- participação da extensão universitária na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas de ação voltadas para maioria da população;
- fomento à inovação dos processos de produção e de transferência e ampliação da ciência e da tecnologia, demandadas do ensino e da pesquisa;
- incentivo ao processo de flexibilização curricular;
- estímulo, apoio e ampliação da participação de professores, estudantes e técnicos nas ações de extensão, criando mecanismos de suporte junto aos órgãos competentes;
- priorização das práticas direcionadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes;
- promoção do uso da tecnologia disponível na ampliação de oportunidades e melhorias na qualidade da educação;
- incentivo às atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística, da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento dos movimentos sociais, a partir da oferta de atividades extensionistas de naturezas diversas;
- funcionamento da extensão nas áreas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia, trabalho e saúde.

Para o período compreendido entre 2013 e 2017, as ações extensionistas serão desenvolvidas na perspectiva de alcançar as seguintes metas:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Implementação de ações voltadas para o aperfeiçoamento comunitário e qualificação de capital.	Apoiar o desenvolvimento social, cultural e artístico no Estado.
2	Promoção de ações de integração entre os núcleos de extensão e os departamentos, observando as identidades territoriais.	
3	Fomento às ações extensionistas nas comunidades dos entornos dos campi e na sociedade em geral.	Apoiar o desenvolvimento de atividades nas áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Esporte e Lazer.
4	Estímulo às ações integradas com o ensino e a pesquisa para promoção do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade.	Fortalecer a inclusão social e à melhoria das condições de vida da sociedade baiana, nas áreas de competência da Universidade.
5	Uso de tecnologias educacionais inovadoras nas ações de Extensão Universitária.	Fortalecer a Extensão Universitária.
6	Incentivo a uma maior articulação entre os projetos e ações sob a responsabilidade de cada departamento da universidade.	Ampliar a compreensão de que a formação universitária se completa no ciclo do acesso ao conhecimento existente e sua difusão e/ou aplicação na sociedade.
7	Reestruturação da Política Institucional de Extensão da UNEB.	Curricularizar as ações de extensão, para atender Plano Nacional de Extensão Meta 12.7 e a Lei 1305 de 25/06/2014; Fomentar a melhoria da formação profissional e cidadã dos estudantes, servidores, servidores técnicos e docentes.
8	Fortalecimento dos sistemas existentes para acompanhamento e avaliação dos projetos e ações de extensão.	Aperfeiçoar e definir mecanismos e procedimentos de submissão, acompanhamento e avaliação dos Projetos, Programas e Ações de Extensão.

9	Fortalecimento dos projetos e ações voltadas ao desenvolvimento social, por via do reconhecimento da diversidade regional em seus diversos aspectos, considerando as Áreas Temáticas da Extensão.	Promover o desenvolvimento social e regional por meio da Extensão universitária.
10	Fortalecimento da articulação interinstitucional nos Programas, Projetos e Atividades de Extensão.	Estabelecer parcerias, com órgãos governamentais e não governamentais e movimentos sociais, voltadas ao desenvolvimento de programas e projetos extensionistas.
11	Fortalecimento das ações da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI).	Realizar oficinas de práticas corporais e manuais, eventos culturais, publicação de trabalhos literários, exposições, dentre outras atividades, em prol da inserção socioeducativa e cultural do idoso.
12	Fortalecimento das ações relacionadas à Agenda Ambiental da UNEB.	Fortalecer de uma cultura institucional, que estimule a comunidade UNEBiana à incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.
13	Concessão de bolsas de Monitoria de Extensão.	Incentivar a participação dos estudantes universitários em projetos de integração comunitária, visando à produção de conhecimentos resultantes do confronto com as demandas sociais, bem como a articulação entre teoria e prática.
14	Regulamentação dos Núcleos de extensão da Universidade.)	Potencializar a Extensão Universitária a partir das ações dos Núcleos de Extensão.
15	Financiamento de projetos de extensão, por meio do Programa de Apoio a Projetos de Extensão (PROAPEX).	Fortalecer a cultura extensionista, por meio do apoio financeiro à realização de projetos submetidos aos editais da PROEX/PROAPEX.
16	Financiamento do Edital Vivências - interdepartamental.	Fortalecer a articulação interinstitucional, visando estabelecer parcerias voltadas ao desenvolvimento de programas e projetos extensionistas.
17	Fomento, através de Edital, à produção extensionista de natureza científica e/ou tecnológica, esportiva, artística ou cultural, bem como de caráter político-acadêmico organizada por estudantes da Universidade.	Fomentar a realização de eventos estudantis, no âmbito da UNEB, visando o intercâmbio acadêmico-didático-científico de abrangência regional ou nacional.

18	Fomento, através de Edital, à produção extensionista de natureza científica, tecnológica, esportiva, artística ou cultural, bem como de caráter político-acadêmico, organizados e coordenados por docentes e técnicos da UNEB.	Fomentar a realização de eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, de inovação e empreendedorismo, nas diversas áreas do conhecimento, no âmbito da UNEB.
19	Publicação da Revista da Extensão, através de Edital de apoio.	Promover a produção, divulgação e circulação do conhecimento a partir da socialização das experiências exitosas resultantes dos projetos e ações da Extensão.
20	Fomento a projetos e programas de Extensão, através de Edital de apoio à divulgação e disseminação da produção extensionista de natureza científica e/ou tecnológica.	Estimular e apoiar a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos da Universidade em eventos acadêmicos.
21	Fomento a projetos e programas de Extensão através de Edital de Extensão sem Fronteiras.	Integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo intercâmbio de projetos, desenvolvidos por equipes de diferentes países, que realizam projetos similares em suas áreas de atuação.

IV. Educação a Distância

Em 2014, a Resolução Nº 1.051/2014 do CONSU, de 15 maio, aprovou a criação e implantação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD). A criação da UNEAD teve como um de seus objetivos fundamentais a institucionalização da educação na modalidade a distância, integrando suas ações às das demais áreas desenvolvidas na Universidade, bem como à sua estrutura formal, a fim de possibilitar a oferta regular anual de cursos de graduação em modelos pedagógicos próprios.

Em uma projeção mais ampla, busca-se, ainda, a convergência entre as modalidades presencial e a distância, permitindo aos estudantes flexibilidade e maior autonomia na construção de suas trajetórias formativas, otimizando as possibilidades de acesso ao conhecimento científico, à formação profissional, e à cidadania.

A especificidade das ações de EaD e a dimensão que essas ações já alcançaram na UNEB desde 2006, quando teve início a oferta de cursos de graduação a distância na Universidade, exigem

uma estrutura também específica de acompanhamento e regulação, que execute uma Política Institucional, agregando os docentes pesquisadores e projetos em desenvolvimento na área, visando a transparência, a democratização e a qualificação de suas ações acadêmico-administrativas, bem como a execução do recursos a ela vinculados.

São diretrizes da política institucional para a EaD:

- convergência entre a oferta presencial e a oferta EaD
- ampliação da oferta de cursos, fortalecendo a formação continuada, inovação tecnológica e metodologias integradoras com a graduação e a extensão;
- formação continuada, profissionalizante, dialógica e articulada com a graduação, a pós-graduação e a pesquisa;
- aproximação da comunidade no contexto das redes sociais, potencializando uma articulação cooperativa;
- apoio ao desenvolvimento de carreira mediante oferta de cursos para formação continuada;
- participação representativa nos fóruns qualificados sobre EaD e captação de recursos junto a agentes financiadores, bem como a articulação com parceiros das esferas municipais, estaduais e federais;
- requalificação da infraestrutura física na sede própria e ampliação dos sistemas informacionais;
- acompanhamento da vida estudantil.

Para o período de que trata esse documento, são metas da EaD:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da UNEB para Educação Mediada por Tecnologias (incluindo a Educação a Distância e Semi-presencial).	Constituir fóruns permanentes de acompanhamento e regulamentação do desenvolvimento das ações de educação mediada por tecnologias, potencializando os recursos humanos qualificados que a Universidade possui nesta área.
2	Reestruturação do Centro de Pesquisa e Tecnologia – CPT.	Desenvolver ações e projetos de educação mediados por tecnologias no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, em articulação com os programas de pós-graduação da Universidade, os NUPes e Departamentos.
3	Construção e desenvolvimento de Política de Formação, para técnico-universitários, docentes e discentes na área de educação a distância.	Promover a autonomia tecnológica nas atividades acadêmicas e administrativas, contemplando ainda as áreas de tecnologias e linguagens tecnológicas, provimento de infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de objetos de aprendizagem.
4	Criação da UNEAD.	Criar espaço institucional específico para articulação, gestão e acompanhamento das ações a distância.
5	Desenvolvimento coletivo da política de Educação a Distância específica da Universidade.	
6	Fortalecimento da oferta curricular do componente Libras no formato semi-presencial.	Ofertar componente curricular Libras em todos os cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia da UNEB.
7	Criação do Curso de Física na modalidade EaD.	Criar, por meio dos Conselhos Superiores, curso de Física na modalidade a distância, com oferta articulada para 2015.1, com fomento do Programa UAB
8	Readequação da estrutura acadêmica, administrativa e financeira da UNEAD.	Otimizar a gestão de documentos, do fluxo de trabalho e do acesso à informação.

9	Desenvolvimento de sistema de gestão acadêmica EaD.	Dispor de sistema computacional e procedimental que permita acompanhar o ciclo de gestão de cursos na modalidade EaD (produção de conteúdo; planejamento de salas virtuais; acompanhamento de calendário; encontros presenciais e avaliação; sistema CAPES.
10	Implantação de núcleos de EaD para articulação interdepartamental.	Ampliar a articulação da UNEAD com os departamentos, visando estimular a cooperação para oferta semi-presencial de cursos de graduação, pós-graduação e extensão nos departamentos.
11	Implementação da oferta semi-presencial multi-curso.	Regulamentar a oferta de componentes semi-presenciais dos cursos de graduação de oferta presencial, permitindo que um mesmo componente, com um mesmo docente, seja ofertado concomitantemente em mais de um curso/departamento.
12	Ampliação a oferta de componentes semi-presenciais nos cursos de graduação presenciais.	Articular a graduação presencial com a graduação EaD, ofertando componentes semi-presenciais e desenvolvendo e ações integradas com a extensão e pós-graduação com qualidade.
13	Oferta de cursos próprios da UNEAD, com financiamento distinto da UAB.	Articular a graduação presencial com a graduação EaD, ofertando componentes semi-presenciais e desenvolvendo e ações integradas com a extensão e pós-graduação com qualidade.
14	Articulação com ensino básico com ações extensionistas e de pós-graduação.	Articular a graduação presencial com a graduação EaD, ofertando componentes semi-presenciais e desenvolvendo e ações integradas com a extensão e pós-graduação com qualidade.
15	Desenvolvimento de sistema de acompanhamento de cursos EaD.	Articular a graduação presencial com a graduação EaD, ofertando componentes semi-presenciais e desenvolvendo e ações integradas com a extensão e pós-graduação com qualidade.
16	Implantação de laboratório de mídias e redes de computadores.	Requalificar a da infraestrutura física na sede própria e ampliar a matriz de sistemas informacionais

17	Desenvolvimento de sistema de acompanhamento da vida estudantil.	Reduzir a taxa de desistência dos discentes dos cursos de graduação no que tange a aspectos, metodológicos e didáticos.
18	Fortalecimento da política de permanência estudantil no âmbito da EaD.	Conceder auxílio permanência específico aos discentes dos cursos de EaD, mediante articulação com a PRAES e a CAPES.
19	Implantação de polos presenciais em comunidades quilombolas e para povos indígenas.	Ampliar o acesso de povos e comunidades historicamente excluídos aos cursos de graduação, extensão e pós-graduação, na modalidade EaD, em articulação com a PROAF.
20	Ampliação da base de captação de recursos mediante especialização de equipe e customização de produtos/serviços.	Captar recursos junto a agentes financiadores e entidades e órgãos do governo municipal, estadual e federal, bem como aperfeiçoar de equipes para captação de recursos via editais.
21	Desenvolvimento de projeto de pós-graduação stricto sensu, multidisciplinar, em articulação com a PPG, com vistas ao aperfeiçoamento docente.	Ampliar a base de ofertas de cursos na modalidade EaD, com projeto de curso de pós-graduação stricto sensu na área multidisciplinar, com vistas ao aperfeiçoamento de docentes da rede estadual.
22	Desenvolvimento de projeto de inovação tecnológica no âmbito dos objetos de aprendizagem.	Ampliar a oferta de cursos fortalecendo a formação continuada, inovação tecnológica e metodologias integradoras com a graduação e extensão.
23	Desenvolvimento de sistema informacional para interação com a comunidade interna e ampliada.	Aproximar a UNEAD da comunidade, no contexto das redes sociais, visando a potencialização de uma articulação cooperativa.
24	Desenvolvimento de cursos profissionalizantes.	Desenvolver cursos visando à qualificação profissional do corpo docente, servidores e colaboradores.
25	Realização, em parceria com a UniRede do ESUD 2015.	Promover a difusão do conhecimento, no campo da educação mediada por tecnologias, gerindo e executando um evento nacional de EaD, em articulação com a UniRede, mais de 40 IES públicas do país e agências de fomento.

A multicampia e a multirregionalidade estabeleceram bases favoráveis ao surgimento de uma política de ação afirmativa, tal qual o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas. O sistema de cotas, embora tenha sido provocado por uma iniciativa externa, organizou-se como uma proposição da própria comunidade acadêmica, que se valeu do princípio da autonomia universitária e independência dos seus fóruns decisórios internos para deliberar sobre a matéria.

De forma diferenciada, a UNEB incluiu na reserva de vagas mais um critério de habilitação, conjugado com o pertencimento étnico-racial, qual seja, a obrigatoriedade do candidato ter cursado em escola pública todo o ensino médio, valendo tanto para os negros quanto para os indígenas. Essa conjugação de critérios de habilitação visa impedir que uma eventual concorrência desigual seja estabelecida no interior da disputa pelas vagas reservadas.

Ao considerarmos que as ações afirmativas estão voltadas para correção e reparação de desigualdades sociais historicamente estabelecidas, é pertinente afirmar que a UNEB se configura, desde o seu nascimento institucional, como uma universidade de referência e liderança no tocante às ações afirmativas. Efetivamente, parte substantiva da população jovem do interior da Bahia não teria acesso à universidade, não fosse a presença transformadora da Universidade pública e democrática. Além desses aspectos, o abrigo institucional dado pela UNEB às demandas acadêmicas e sociais de outros grupos populacionais historicamente discriminados como, por exemplo, as mulheres e as comunidades LGBT, referendam a sua vocação fundadora para o que se nomeou, posteriormente, de ações afirmativas.

Desde 2003, com a implantação efetiva do sistema de reserva de vagas aos candidatos negros, a Universidade vem se empenhando em promover a institucionalização das condições de permanência e sucesso dos estudantes que ingressaram por meio do sistema de cotas, de forma que eles tenham satisfatórias condições – acadêmicas e socioeconômicas – de se manterem nos respectivos cursos e de terem bom desempenho até a consecução do aprendizado.

Em 2011, foi realizada a Conferência de Ações Afirmativas da UNEB, com a participação ampla da comunidade acadêmica, tendo por objetivo elaborar um programa de ações afirmativas que reunisse, ordenasse e otimizasse a implantação e os impactos dessas ações na comunidade acadêmica.

Não obstante a característica notadamente inclusiva da UNEB, as ações afirmativas eram desenvolvidas no âmbito da Universidade de forma desconexa, com dispersão de esforços e de recursos, carecendo de uma perspectiva institucional capaz de congrega o conjunto das atividades de inclusão social dando a elas uma integralidade sistêmica e um formato programático. É nesse contexto que, em 2014, é criada, pela Resolução nº 1023/2014 do CONSU, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), a partir da articulação com os movimentos sociais, pautada pelo compromisso de institucionalizar políticas públicas voltadas aos grupos historicamente vulneráveis.

A PROAF assume, então, a missão de desenvolver e fomentar, no âmbito da Universidade, as ações afirmativas como garantia de promoção da igualdade de oportunidades, condições, reconhecimentos e representação dos grupos populacionais historicamente discriminados e/ou em condições econômico-sociais, culturais, políticas e simbólicas de desvantagem (negros, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas com deficiência, comunidade LGBTT), constituindo-se como uma representação de caráter abrangente, permanente, transversal e inclusiva da UNEB.

As diretrizes da política geral de Ações Afirmativas da UNEB encontram-se lastreadas, fundamentalmente, nos seguintes princípios:

- definição das ações afirmativas como políticas compensadoras e reparadoras de desigualdades historicamente instituídas;
- ações afirmativas enquanto política de abrangência ampla que inclui todos os grupos e segmentos populacionais historicamente discriminados e em posição de desvantagem no que diz respeito às oportunidades, condições, reconhecimento e representação nos diversos espaços sociais, institucionais e simbólicos;
- desenvolvimento, através das atividades de ações afirmativas, de uma cultura da diversidade

e da igualdade de condições, de oportunidades, de representação e de reconhecimento, como orientadora nuclear da ação universitária global;

- adoção do princípio da transversalidade como modo privilegiado através do qual devem se desenvolver as atividades relacionadas às ações afirmativas;
- desenvolvimento de formatos permanentes de articulação com os Centros Estratégicos e Núcleos de Estudos e Pesquisas específicos na proposição e/ou elaboração conjunta de projetos de pesquisa e estudos necessários ao aperfeiçoamento da política de ação afirmativa na UNEB;
- transformação da UNEB em referência nacional das políticas de ações afirmativas.

São metas da política de ações afirmativas:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas.	Institucionalizar as ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis.
2	Criação de linhas de pesquisas vinculadas às ações afirmativas, em todas as áreas do conhecimento, na graduação e na pós-graduação.	Institucionalizar as ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis.
3	Implementação de programa de bolsas de pesquisa e extensão voltadas para as ações afirmativas, no âmbito da graduação e da pós-graduação, com um percentual de 70% do número de bolsas destinadas aos departamentos localizados no interior do estado.	Institucionalizar as ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis.

4	Capacitação permanente dos docentes que ministrarão as disciplinas relacionadas às temáticas africanas, afro-brasileiras, indígenas e de gênero, por meio da oferta de cursos nas modalidades semipresencial e presencial,	Institucionalizar as ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis.
5	Implantação de sistema de acompanhamento acadêmico de estudantes cotistas.	Institucionalizar as ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis.
6	Instituição dos princípios da transversalidade, da permanência da continuidade das ações afirmativas na UNEB.	Garantir a presença efetiva das ações afirmativas em todas as dimensões da vida acadêmica, administrativa e comunitária da universidade.
7	Instituição de formatos regulares de avaliação da gestão da Política de Ações Afirmativas da UNEB.	Mensurar a qualidade da gestão da Política de Ações Afirmativas da UNEB.
8	Acompanhamento do Programa de formação em Licenciatura Intercultural em Educação Indígena.	Realizar acompanhamento.
9	Implantação do Programa Mestrado Profissional em Rede Nacional - Educação das relações raciais.	Formar professoras(es) da Rede do Ensino Básico, em atendimento a Lei 10.639/2003.
10	Diagnóstico do desempenho comparativo entre estudantes cotistas e não cotistas com ampliação das dimensões e das variáveis.	Reelaborar o projeto de pesquisa Sobre o desempenho comparativo de estudantes cotistas e não cotistas da UNEB.
11	Implementação do projeto de desenvolvimento de censo étnico-racial, econômico-social, de gênero e outras diversidades na UNEB.	Concluir projeto de desenvolvimento de censo.
12	Estabelecimento de uma agenda de diálogos institucionais e interinstitucionais para Ações Afirmativas.	Estabelecer acordos, cooperações, parcerias e convênios.
13	Realização da I Conferência de Estudantes Cotistas da UNEB.	Subsidiar a elaboração de políticas de permanência do estudante cotista.

14	Implantação do curso de Graduação em Pedagogia Escolar Quilombola.	Formar em Pedagogia, com especificidade em Educação Quilombola, professoras(es) que lecionam para estudantes quilombolas.
15	Elaboração, em conjunto com a comunidade acadêmica, da Política de Inclusão e Acessibilidade da UNEB.	Elaborar a Política de Inclusão e Acessibilidade da UNEB.
16	Realização do Fórum Nacional de Educação Inclusiva.	Articular e reunir pesquisadores/estudiosos da inclusão na perspectiva da acessibilidade a nível nacional.
17	Produção de Vídeo/Documentário: O que é ser negro na Bahia	Investigar e apresentar através de vídeo a maneira como o fenômeno do racismo pode ser identificado na estrutura e na organização da formação social baiana.
18	Execução do Programa Abdias do Nascimento, Rotas cruzadas no atlântico negro: pensamentos, saberes, fazeres e reflexões interdisciplinares na composição e institucionalização do campo de estudos africanos e da diáspora na UNEB.	Integrar pesquisas, professores/pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação de instituições distintas.
19	Criação de grupo de Pesquisa e Revista ON-Line – CEPAIA/APNB	Articular e criar Grupo de Pesquisa Interdisciplinar e Interinstitucional que reúna pesquisadoras(es) das mais diversas áreas de produção sobre temas relativos às Populações Negras, na África e na Diáspora.
20	Realização do IV Seminário Áfricas: historiografia africana e ensino de história: ÁFRICAS E DIÁSPORAS: produção do conhecimento, descolonização e poder.	Promover relações de intercâmbio entre Universidades Africanas e Afro-diáspóricas na criação e ampliação de redes de pesquisas e no fortalecimento de grupos e/ou núcleos de estudos africanos.
21	Desenvolvimento do Projeto Memória do CEPAIA.	Compor a memória do CEPAIA.

I. Acessibilidade

Acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia – total ou assistida –, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. “Barreiras” são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação².

A educação especial faz parte do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. E as IES têm como função a organização de ações institucionais que garantam a integração à vida acadêmica de pessoas com deficiência, eliminando barreiras e promovendo a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, materiais didáticos, sistemas de informação, práticas pedagógicas e em todas as atividades acadêmicas.

O grande desafio da acessibilidade na educação superior é criar condições para que os alunos possam permanecer na instituição e aprender conforme suas potencialidades.

A UNEB, por meio do Núcleo de Educação Especial (Nede), criado em 2003 e vinculado à extensão, organiza e efetiva a inclusão de alunos, professores e técnicos mediante a retirada de barreiras físicas e atitudinais, com a finalidade de garantir segurança no acesso e a permanência desses cidadãos nos programas da instituição, desenvolvendo um processo contínuo de informação, com vistas a uma efetiva cultura inclusiva.

Esta política de educação inclusiva define como princípios:

- posicionamento inclusivo, por meio de diversas ações implementadas por professores, alunos e funcionários para as comunidades interna e externa;
- prática pedagógica inclusiva em todos os cursos da Universidade, a partir de uma visão contextual e interdisciplinar do ato educativo.

2 Decreto nº 5.296, capítulo III, artigo 8º, incisos I e II, de 02 dezembro de 2004.

São objetivos da ação inclusiva na UNEB:

- transformar a Universidade em *locus* de efetivação das diversas práticas inclusivas;
- desenvolver projetos de apoio e acompanhamento aos estudantes, professores e funcionários que detenham necessidades educativas especiais;
- criar as condições para uma convivência adequada dos professores, funcionários e alunos com as pessoas que apresentam necessidades especiais;
- prestar acompanhamento aos alunos com necessidades especiais, buscando promover a sua autonomia e efetiva participação no contexto acadêmico;
- contribuir para a diminuição das demandas externas, seja por meio do apoio aos familiares de pessoas com deficiência, seja pelo atendimento ao sistema público de ensino, na forma de elaboração e implementação de projetos e/ou atividades de extensão.

Para o período deste PDI, diante dos avanços e dos desafios que se apresentam, foram estabelecidas como metas para a Política de Acessibilidade:

- pessoa com deficiência incluída no sistema de cotas;
- criação de condições físicas, materiais, financeiras e humanas para o desenvolvimento e monitoramento de pesquisas, acompanhamento e apoio técnico-pedagógico à pessoa com deficiência garantidos;
- ações voltadas para a inclusão e acessibilidade aprimoradas, corrigidas, multiplicadas e ampliadas, mediante a transversalidade destas questões no programa de ações afirmativas da UNEB;
- barreiras atitudinais, arquitetônicas, urbanísticas, instrumentais, ergonômicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas, tecnológicas e informacionais removidas;
- inclusão dos alunos, professores e funcionários com necessidades educativas especiais

facilitadas, em todas as atividades e programas da Universidade, estendendo o apoio às famílias, assegurando a igualdade de oportunidades;

- apoio aos departamentos e às demais unidades organizacionais ampliado, informando e disponibilizando equipamentos tecnológicos para o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais.

9

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No âmbito da Educação Superior a assistência estudantil objetiva apoiar os estudantes na superação dos eventuais obstáculos no caminho do sucesso acadêmico, por meio da disponibilização dos recursos necessários para esse fim. A consolidação dessa política deve ser um compromisso entre a universidade, a sociedade e o Governo, com o objetivo de reduzir os efeitos das desigualdades sociais no grupo de jovens cidadãos, candidatos ou estudantes, no que tange ao acesso, à permanência e ao sucesso destes na Universidade.

Para tanto, de acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) de 2008, é preciso entender a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que terá efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (PNAE, 2008).

Faz-se necessário associar à qualidade do ensino ministrado, ações que propiciem desde as condições ideais de saúde e o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o atendimento às demandas básicas para a sobrevivência do estudante, a exemplo da moradia, alimentação, transporte.

A consolidação de uma efetiva Política de Assistência Estudantil para a UNEB, que assegure aos estudantes a garantia dos direitos sociais que amparem a democratização do acesso ao ensino superior, público, gratuito, mas também a efetiva permanência dos discentes com vistas a uma

formação integral e qualificada, preparando tais atores para a atuação cidadã e inserção no mundo do trabalho é um dos grandes desafios que a Universidade tem enfrentado nos últimos anos, e uma ação prioritária de gestão. Estratégias programáticas voltadas para a garantia da qualidade do ensino associado à pesquisa, formação integral dos estudantes e redução da evasão, e o planejamento normatização e institucionalização dos processos da política de assistência estudantil tem sido desenvolvidos na Universidade, observando as diretrizes para a assistência estudantil, quais sejam:

- fortalecimento do Programa de Assistência Estudantil (PAE), que se coaduna com a Política Nacional de Assistência Estudantil e é iniciativa pioneira que responde, em parte, às demandas historicamente apresentadas pelos movimentos estudantis. Agrega ações distintas voltadas para a consolidação da política de permanência do estudante da graduação, até o final de seu curso;
- ampliação do número de estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil, fortalecendo a inclusão de grupos historicamente excluídos da vida acadêmica;
- consolidação das residências universitárias, destinadas aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação que apresentam vulnerabilidade socioeconômica, oriundos do sistema de cotas ou que não residam na cidade onde o *campus* está situado e não possuam meios para prover sua moradia;
- incremento da Bolsa Auxílio-Permanência: visa garantir a melhoria na qualidade de vida do estudante, além de fomentar sua participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- apoio às atividades culturais, artísticas, desportivas e comunitárias: estimula a participação do estudante de graduação em congressos, seminários, simpósios e encontros que agreguem valor à sua formação acadêmica, possibilitando trocas de experiências culturais, científicas, sociais e políticas, fundamentais para o processo de formação e para o futuro profissional.

São metas da assistência estudantil:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Avaliação anual do Programa de Assistência Estudantil (PAE).	Avaliar os mecanismos de organização e, principalmente, aos impactos sociais e acadêmicos do Programa.
2	Ampliação da política de apoio aos departamentos na elaboração e execução de ações voltadas à assistência estudantil.	
3	Estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e da sociedade civil.	Financiar programas e projetos na área de assistência estudantil, no âmbito da Universidade.
4	Elaboração e implementação de programa de ações de atenção à saúde dos estudantes.	
5	Implementação de política de atendimento/acompanhamento biopsicossocial.	Potencializar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.
6	Apoio à criação do Observatório da Vida Acadêmica, em parceria permanente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.	Possibilitar a realização de pesquisas visando ao monitoramento da evasão dos discentes e dos estudantes com necessidades educacionais específicas.
7	Promoção de eventos anuais sobre assistência estudantil.	Subsidiar o empoderamento da comunidade discente universitária.
8	Construção de residências universitárias e do restaurante universitário, seguindo os parâmetros arquitetônicos da acessibilidade e sustentabilidade.	Fortalecer as ações de assistência estudantil, ampliando o atendimento aos estudantes.
9	Elaboração de projeto de curso voltado à preparação de estudantes.	Apoiar a participação dos estudantes em processos seletivos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .

10	Constituição de comissão de avaliação com composição paritária dos segmentos administrativo e discente.	Avaliar pleitos de participação em intercâmbios e eventos acadêmicos em território brasileiro e no exterior.
11	Implantação do Sistema Unificado de Gerenciamento e Acompanhamento de concessão de Bolsas.	
12	Construção e adequação de estruturas físicas existentes para creches.	Construir e/ou garantir espaços em creches através de parcerias institucionais para atender à comunidade universitária
13	Implementação de editais específicos destinados à comunidade discente para o desenvolvimento de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Propor editais específicos para serem desenvolvidos como formação complementar agregadora à formação curricular do discente.
14	Estímulo a intercâmbios com universidades estaduais, nacionais e estrangeiras.	Oportunizar, a partir de parcerias interinstitucionais, a formação acadêmica do discente.
15	Promoção da participação dos estudantes em programas de ensino, pesquisa e extensão.	Fomentar a participação dos estudantes nos programas da Universidade a partir da ampliação das bolsas de Iniciação Científica, de Monitoria de ensino e de extensão, e de projetos outros financiados por agências externas.
16	Fortalecimento da concessão de Bolsa-Auxílio Emergência.	Garantir a concessão de bolsas para estudantes em situação de emergência.
17	Promoção de eventos científicos institucionais.	Possibilitar a apresentação de projetos de pesquisa, por docentes e discentes.
18	Fortalecimento da concessão de Bolsa-Auxílio Residência.	Garantir a todos os estudantes da UNEB, aprovados no processo seletivo para residência universitária, complementação pecuniária para alimentação.
19	Fortalecimento da concessão de Bolsa-Auxílio Permanência.	Favorecer melhores condições de permanência para estudantes não contemplados nas unidades de hospedagem da UNEB.

20	Implementação do Projeto Acesso sem Pecúnia.	Isentar de todas as taxas administrativas da UNEB, estudantes oriundos de escolas públicas e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
21	Publicação da Revista Saberes Discentes.	Fomentar a produção e circulação do conhecimento com a edição anual da revista.
22	Apoio a estudantes com deficiência (PNAEST).	Contribuir em ação conjunta com a gestão setorial e central no que se refere ao suporte psicológico, social, pedagógico, além de investimento em equipamentos e recursos didáticos específicos.
23	Implantação do Sistema de Apoio a Participação em Eventos (SAPE/PRAES).	Informatizar todo o processo de solicitação de passagens aérea, terrestre, locação de em ônibus coletivo e pagamento de inscrição em eventos.
24	Publicação de edital de apoio à participação estudantil em eventos na forma de passagem terrestre (PNAEST)	Apoiar a difusão de conhecimento.
25	Publicação de edital de apoio à participação estudantil em eventos na forma de passagem aérea (PNAEST).	Apoiar a difusão de conhecimento.
26	Publicação de edital de apoio à participação estudantil em eventos na forma de locação de ônibus. (PNAEST).	Apoiar a difusão de conhecimento.
27	Publicação de edital de apoio à participação estudantil em eventos na forma de inscrição em eventos (PNAEST).	Apoiar a difusão de conhecimento.
28	Elaboração de proposta de nova regulamentação para a casa de estudantes, em articulação com a comunidade universitária.	Atualizar o estatuto das casas de estudantes.
29	Lançamento do programa Residência Legal é Residência Qualificada.	Ampliar a oferta de ambiência favorável ao acolhimento de estudantes comprovadamente vulneráveis e que não residam na cidade onde estuda.

Tabela 1 – Bolsas de Assistência Estudantil: oferta e concessão em 2015

CATEGORIA	OFERTA EDITAL	BOLSAS CONCEDIDAS *
Residência	500	392
Permanência	550	517
Emergência	08	08
TOTAL	1.058	917

Fonte: PRAES

*Números atualizados em agosto de 2015

I. Gestão eficiente, descentralizada e transparente

A natureza multicampi da UNEB, presente em 19 territórios de identidade do Estado da Bahia, e a diversidade de suas ações junto à sociedade, descortina a condição de instituição com potencialidades ainda não totalmente aproveitadas em função da complexidade das demandas de gestão.

A UNEB nasce e se constitui com a clara missão de promover a inclusão social, pioneira na interiorização da Educação Superior no Estado da Bahia e na implementação das políticas de ações afirmativas, por meio do sistema de cotas para negros e indígenas oriundos das escolas públicas e reconhecida pela sua vocação histórica de formação de professores para a Educação Básica.

A gestão das universidades públicas tem demandado critérios cada vez mais sofisticados no processo de tomada de decisão e aplicação do planejamento em todas as suas atividades, buscando modalidades racionais de administrar os recursos, minimizar os riscos e otimizar a qualidade dos gastos.

Dentro desse contexto, a UNEB tem concentrado esforços no processo de reestruturação organizacional, visando consolidar-se como uma instituição universitária multiampi e se adequando às referências de avaliação das universidades brasileiras nas dimensões exigidas.

O Projeto de Gestão 2014/2017 reafirma em seus princípios norteadores o cumprimento da missão da UNEB, que na forma definida no Regimento Geral, consiste na produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, objetivando à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade etnocultural e demais princípios do Direito Público.

Partindo dos princípios norteadores do Projeto de Gestão tem-se corporificado no Plano de Ações Prioritárias (PAP) cinco Eixos Estratégicos, entre estes a Democratização, Descentralização e

Transparência, que se constitui em um princípio que norteia os caminhos da Gestão Universitária no período 2014-2017, em um processo permanente de ampliação da participação efetiva e representativa da comunidade universitária nas decisões institucionais, retomando a discussão da Lei 7.176/97, que fragilizou ainda mais a autonomia da UNEB, com a limitação drástica da participação dos segmentos nos Conselhos Universitários Superiores.

O compromisso é pelo fortalecimento das instâncias deliberativas da Instituição, destacando o Conselho Universitário (CONSU), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e Conselhos de Departamento e Colegiados de Cursos, enquanto fóruns efetivos de reflexão, avaliação e encaminhamentos decisórios, isto como premissa básica de participação coletiva, e garantia de respeito à autonomia e protagonismo destas instâncias. Este é o primeiro passo de uma forte ação de descentralização da Gestão Universitária para a construção de um novo modelo de *campus* universitário.

Este eixo inova com a ampliação e consolidação de novos espaços de diálogo, através da implementação dos fóruns por segmento representativo dos *Campi* da UNEB e das Conferências e Consulta Universitárias Amplas que unirão comunidades e Departamentos na formulação de propostas de ação para a Universidade nos territórios onde esta se insere.

As ações das diversas instâncias organizacionais e *Campi* são articuladas e integradas, visando à construção de uma unidade institucional, observados critérios e diretrizes de programação e coordenação para a elaboração de programas, planos e projetos, mediante a implementação de estratégias de captação de recursos financeiros, identificando fontes nacionais e internacionais para o atendimento às demandas. Essa política será reforçada nos próximos cinco anos com a implantação do fundo de ensino, pesquisa e extensão da UNEB.

Em uma Instituição dinâmica, heterogênea e complexa como a UNEB, a modernização e agilidade dos fluxos de planejamento, administração e processos de gestão e execução financeira e contábil são fundamentais para nortear e subsidiar a tomada de decisões em todas as suas instâncias e níveis decisórios.

Para dar conta deste desafio imprescindível, se faz a modernização de estruturas. O olhar para as estruturas antigas e a necessidade de reformulá-las sensibiliza a Gestão Universitária na busca de uma nova forma de entender como abordar e tratar os problemas e dificuldades que limitam, desde a concretização e terminalidade de processos muitas vezes asilares, a encaminhamentos de natureza mais estratégica, que podem gerar comprometimento aos resultados das ações finalísticas e prioritárias da Universidade: graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão.

O delineamento de uma estrutura organizacional adequada perpassa por pontos que devem proporcionar um alinhamento entre elementos como as estratégias da organização, seus processos organizacionais, quadro de pessoal, tecnologias da informação e comunicação, sistemas informacionais e toda a gama de recursos e insumos que são e que possam vir a ser utilizados para o alcance da missão institucional.

As universidades públicas enfrentam um momento singular, agravado a partir de 2013, em que buscam superar os entraves decorrentes dos modelos de gestão existentes, tendo em vista a estrutura complexa que lhes é peculiar.

A crescente complexidade das organizações, as restrições orçamentárias e a escassez de recursos, especificamente nas Universidades Públicas, tem exigido a introdução de critérios mais sofisticados no processo de gestão que minimizem erros e riscos à tomada de decisão. A incorporação de procedimentos lógicos facilita as decisões. O conhecimento, cada vez maior, de técnicas de intervenção sobre a realidade, tem conduzido as organizações a adotarem modelos mais racionais de administrar os recursos e minimizar os riscos dando maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão.

A modernização das universidades públicas brasileiras foi objeto central da reforma universitária em 1968 e, desde então, retorna constantemente entre as questões relativas à reforma do Estado e o debate sobre a reforma do sistema universitário brasileiro. Para Santos (1999), a universidade, em particular a pública, defronta-se com a necessidade de romper com o atual modelo que a enrijece, mas sugere que são difíceis as condições para enfrentar esse desafio, que requer transformações profundas e não ações parcelares.

Trigueiro (1999) apoia o pensar de Santos (1999), desenvolvendo argumento que a principal ameaça à universidade não está fora dela, mas em seu próprio interior: as práticas obsoletas, a dificuldade em adequar-se a um novo contexto de relações sociais em um mundo economicamente complexo.

A reorganização e modernização administrativa não é apenas uma reformulação ou implementação de novos arranjos, mas um processo que exige a revisão e redefinição de estruturas existentes, no todo ou em parte, substituindo-as por novos padrões a serem analisados e melhorados, estando sujeitas a novas finalidades que requerem uma série de aspectos a serem observados e monitorados.

Catani e colaboradores (2000) sugerem que o interesse em estudos que tratem da organização e gestão acadêmica se pautem na necessidade de modernização-modelação institucional requerida pelos gestores, no sentido de formular sistemas de informação (para um maior planejamento das atividades) associados a políticas que tornem mais ágeis e eficientes o trabalho. Além disso, indicam a importância de ações no âmbito de cada instituição, para tornar a gestão mais profissional e a estrutura acadêmica cada vez mais funcional.

A implantação da Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC) e da Secretaria Especial de Contabilidade e Finanças (SECONF) insere-se no contexto da necessidade de modernização-modelação administrativa, financeira e contábil.

A criação das novas instâncias no contexto das políticas para a área-meio com foco nos princípios da gestão eficiente, descentralizada e transparente, insere-se na perceptiva da responsabilidade da Universidade, enquanto Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo *multiCampi* e multirregional, administrada de forma descentralizada, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, que tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber, com a transparência, publicização, prestação de contas à sociedade assim como na orientação para o aperfeiçoamento contínuo de suas funções, neste contexto específico no reordenamento, organização e modernização da gestão dos contratos e convênio, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil necessários à boa governança.

Destaca-se a inovação com um modelo de gestão horizontal, que visa gerar maior e melhor proximidade, das instâncias administrativas com as áreas acadêmicas e demais unidades organizacionais, em especial aos Departamentos, de forma a reduzir o tempo e a qualidade das respostas às diversas demandas.

A UNEB, ao longo de sua trajetória acadêmica e administrativa, mantém como meta a ampliação de programas, projetos e ações visando ao enfrentamento e à minimização de alguns dos grandes impasses e dilemas da contemporaneidade. No rol dos desafios a serem enfrentados, destacam-se a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental, por meio dos modernos, eficientes e efetivos processos e estratégias de planejamento.

A nova estrutura organizativa da UNEB oferece apoio ao enfrentamento desses desafios contemporâneos, aliado a uma visão estratégica em face ao modelo de desenvolvimento territorial, regional e local.

Atuando, de modo proativo, junto ao Governo do Estado, em parceria com representações políticas pertinentes ao campo da educação e do desenvolvimento regional da Bahia, no sentido de estabelecer um planejamento composto de ações concretas que definam e demarquem os níveis de atuação e de articulação das instituições públicas de educação superior nas regiões da Bahia.

O planejamento institucional está ancorado nas ações de programação orçamentária, acompanhamento físico-financeiro e avaliação de processos. A prioridade da política de planejamento é o seu próprio fortalecimento nas diversas instâncias da Universidade, a fim de que todos os processos sejam ordenados e integrados, resultando em tomadas de decisão que garantam um melhor aproveitamento das oportunidades e potencialidades do ambiente universitário. Para esse fim, são adotadas medidas gerenciais racionalizadas e de estímulo à construção de uma visão de futuro demarcada com iniciativas que visem oferecer às unidades organizacionais um assessoramento permanente, voltado para um desempenho mais eficaz das suas atribuições e competências.

A política para a área meio tem por base os princípios norteadores do Projeto de Gestão e do

Eixo Estratégico Democratização, Descentralização e Transparência, do Plano de Ações Prioritárias (PAP). Dentre os quais destacam-se:

- gestão universitária mais profissional e estrutura acadêmica cada vez mais funcional, fundamentadas na modernização-modelação institucional requerida pelos desafios do mundo contemporâneo, no sentido de formular sistemas de informação para um maior planejamento das atividades, associados a políticas que tornem mais ágeis e eficientes o trabalho;
- estabelecimento de uma política de governança com tomada de decisões baseada em critérios transparentes e fruto da participação permanente da comunidade acadêmica;
- fortalecimento da autonomia dos Departamentos a partir de regulamentações específicas e da descentralização de decisões acadêmicas, administrativas e financeiras, com foco no cumprimento da missão institucional;
- promoção do diálogo permanente no âmbito da Universidade, garantindo a participação e funcionamento pleno do CONSU e CONSEPE;
- atualização dos documentos institucionais (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico), com a inclusão de concepções, objetivos e metas orientadas pelas referências contemporâneas e democráticas sobre formação, participação e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico com inclusão social;
- revisão dos instrumentos normativos internos de forma a dar institucionalidade e celeridade aos processos acadêmicos, administrativos e políticos de implantação de uma universidade renovada e ajustada às demandas da contemporaneidade;
- fortalecimento e consolidação dos editais como modelo de gestão descentralizada;
- otimização do processo de alocação de recursos orçamentários de acordo com as diretrizes e prioridades institucionais com visibilidade, transparência e respeito às especificidades departamentais, assegurando, observado o fluxo de recursos do Estado, a integralidade do orçamento dos Departamentos;

- aperfeiçoamento de estratégias e metodologias participativas para a elaboração do Planejamento Orçamentário, considerando a gestão fundamentada na transparência, na participação e no compromisso social;
- respeito à autonomia dos departamentos, na descentralização dos recursos orçamentários e financeiros, preservando integralmente a distribuição e detalhamento por atividade – Ensino de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – definidos pelos mesmos quando da elaboração das Propostas Orçamentárias para cada exercício financeiro;
- investimento na infraestrutura tecnológica de informação e comunicação da universidade, visando consolidar e dinamizar os processos de fluxo e de acessibilidade às informações;
- desenvolvimento de uma política de captação de recursos públicos e privados com respeito aos princípios de uma universidade pública e gratuita;
- modernização de processos administrativos, equilíbrio orçamentário e financeiro, e a melhoria da qualidade do gasto com eficiência, efetividade, eficácia e economicidade, priorizando a minimização dos débitos oriundos de exercícios anteriores.

II. Modernização

As bases para a modernização universitária estão apoiadas no desenvolvimento organizacional e na tecnologia da informação e comunicação.

No âmbito do desenvolvimento organizacional, tem-se buscado continuamente, desde o último PDI, o aprimoramento e a melhoria dos processos de trabalho das áreas administrativa e acadêmica, visando alavancar e dar sustentabilidade à gestão universitária.

Os investimentos nessa área são feitos com observância aos princípios consagrados da eficiência, eficácia e controle das atividades administrativas e finalísticas, dentro da lógica da globalização mundial, sob o imperativo de ações e programas que acelerem a velocidade de implementação de

estratégias. Em importantes áreas da Universidade já foram auferidos avanços significativos na modernização de seus processos de trabalho.

Para o período de 2013 a 2017, serão realizados investimentos fundamentados na tríade processos, pessoas e tecnologia da informação, conforme as metas a seguir:

- equipe multidisciplinar de trabalho formada e capacitada para implementar as ações de desenvolvimento institucional, com o objetivo de aprimorar os processos de trabalho e gestão, em consonância com os investimentos para essa finalidade disponíveis no orçamento;
- normas, padrões e critérios definidos e implantados para uniformização e racionalização dos processos de trabalho, procedimentos e expedientes formais em todas as áreas da Universidade;
- diagnóstico e parecer dos procedimentos e processos elaborados, com base nos indicadores de desempenho previamente definidos, visando à identificação e reversão de disfunções e implementação de melhorias.

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Implementação das ações de desenvolvimento institucional	Aprimorar os processos de trabalho e gestão
2	Normatização de padrões e critérios definidos e implantados	Uniformizar e racionalizar os processos de trabalho, procedimentos e expedientes formais em todas as áreas da Universidade;
3	Diagnóstico e parecer dos procedimentos e processos elaborados, com base nos indicadores de desempenho previamente definidos.	Visar à identificação e reversão de disfunções e implementação de melhorias.
4	Realizações e manutenções preventivas e corretivas de gerador - 53Kva - campus I	Garantir o pleno funcionamento do gerador

5	Realização e manutenção corretiva e preventiva de 17 estabilizadores e <i>nobreaks</i> - Salvador	Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos
6	Ampliação e infraestrutura da rede lógica e elétrica	Melhorar e adequar a rede lógica e elétrica
7	Instalação de 20 computadores em cada laboratório	Equipar os Laboratórios de Informática dos Departamentos
8	Implantação de 2 (dois) processos eletrônicos	Fortalecer as ações de assistência estudantil, ampliando o atendimento aos estudantes.
9	Construção da Tabela de Temporalidade oficial que regulamente a guarda e descarte de documentos no âmbito da UNEB	Modernizar as estruturas organizacionais , gestão e processos administrativos
10	Atualização do Portal Eletrônico da UNEB	Atualizar o sítio eletrônico da UNEB
11	Implantação e estruturação do Observatório da Vida Estudantil, banco de dados que contribua para ações e políticas de assistência estudantil	Implantar o Observatório da Vida Estudantil
12	Implantação do sistema de gerenciamento de dados de articulação interinstitucional (Articula Dados)	Implantar sistema/banco de dados
13	Renovação do contrato de antivírus	Proteger a rede da UNEB contra ameaças (<i>malwares</i>)
14	Licitação de contrato de manutenção do SWITCH CORE	Manter a disponibilidade do tráfego de dados no âmbito da UNEB
15	Licitação da extensão da garantia dos servidores DELL	Manter a disponibilidade de servidores

16	Licitação da manutenção do sistema de videoconferência.	Manter o sistema de videoconferência operante
17	Elaboração e implementação do Projeto de Processos Eletrônicos	Licitar e implantar sistema de gerenciamento de processos eletrônicos
18	Atualização do portal eletrônico da UNEB	Possibilitar a atualização do portal eletrônico da UNEB
19	Implantação da Rede de Comunicação de Dados da UNEB	Manter a rede de comunicação de dados entre os campi da UNEB (consórcio Rede Governo III)
20	Garantia da continuidade no uso dos sistemas governamentais	Manter o uso dos sistemas governamentais
21	Garantia da continuidade no uso dos serviços de impressão corporativa	Manter os serviços de impressão corporativa no campus I
22	Garantia de continuidade no uso do Sistema de comunicação de dados da Rede Nacional de Pesquisa - RNP	Manter o acesso a internet pela POP da RNP
23	Implantação do PROSISTAC, visando a elaboração, adequação, atualização, definição e inclusão (customização) de procedimentos no sistema acadêmico (PIT, RIT, SAGRES, atividades de Campo, ACC, curso de férias, etc.)	Customizar o Sistema Acadêmico
24	Elaboração de implantação do sistema de acompanhamento de políticas curriculares	Aprovar o sistema de acompanhamento de políticas curriculares nas instâncias internas competentes e em seguida implantar o sistema
25	Fortalecimento dos sistemas existentes para acompanhamento e avaliação dos projetos e ações de extensão	Aperfeiçoar e institucionalizar o SIP e readequar os instrumentos institucionais para atender as especificidades da Extensão Universitária Desenvolver sistema informatizado (semelhante ao SONIC) para atender a extensão

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem um papel estratégico na racionalização e otimização desse complexo arcabouço de suporte, especialmente na forma como as diversas instâncias da Universidade se relacionam e no apoio aos processos e às decisões da gestão em vários níveis.

Embora se tenha avançado substancialmente com os investimentos tecnológicos nas áreas acadêmica e administrativa, é fundamental a manutenção dessas conquistas, e, sobretudo, o entendimento de que, cada vez mais, se faz indispensável a aplicação contínua de novos investimentos em tecnologia e inovação, como elementos-chave para garantir sustentabilidade ao processo de expansão e, também, de qualidade na prestação de serviços.

Para o próximo quinquênio, apresenta-se o desafio de identificar as mudanças que acontecem na sociedade com potencial para afetar a instituição, discernir quais tecnologias emergentes são verdadeiramente transformadoras e, por fim, entender quais iniciativas de crescimento da instituição exigirão tempo, atenção e mais investimento em TIC. Todo esse cuidado visa assegurar o máximo possível de efetividade, eficácia e eficiência aos investimentos. São metas para o período:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação elaborado, englobando as premissas de Norma de Segurança da Informação e Comunicação de Dados, políticas de acesso a serviços de TIC, capacitação continuada de pessoal, implantação de repositórios institucionais, desenvolvimento de novo portal de serviços e notícias com atendimento à Lei nº 12.527, de acesso à informação, e investimentos em acessibilidade;
- nova unidade de *storage* adquirida para atender à implantação de repositórios e, também, de crescimento da massa de dados;
- sala cofre e outros mecanismos de segurança implantados, a fim de garantir a inviolabilidade das informações, a proteção contra danos da rede elétrica, climatização e demais desastres no ambiente físico que hospedam os equipamentos do *core* central (servidores e ativos), considerando a importância estratégica da segurança da informação;
- recursos tecnológicos desenvolvidos para apoio às atividades de educação à distância;

- acervo documental da UNEB digitalizado e disponibilizado para consulta em repositório institucional (prontuários de servidores, conhecimento científico gerado, documentos administrativos e históricos);
- parque computacional dos departamentos, da administração central e dos laboratórios da graduação e pós-graduação modernizado e ampliado, com equipamentos que atendam às especificidades e necessidades dos cursos e atividades desenvolvidas nesses ambientes;
- cobertura da rede *wi-fi* nos departamentos da capital e interior ampliado, disseminando o acesso à internet e aos sistemas em áreas de convivência, salas de aula, auditórios e outros;
- Sistema de Bibliotecas (Sisb) apoiado, garantindo o pleno funcionamento dos bancos de dados em uso, modernizando e desenvolvendo novos recursos que assegurem às comunidades interna e externa acesso ao conhecimento disponível;
- edital para contratação de serviços de desenvolvimento, suporte e manutenção de sistemas de informação elaborado;
- número de *softwares* especialistas – específicos para uso em atividades laboratoriais dos cursos de graduação – ampliado, inserindo tecnologias que apoiem e agreguem valor ao ensino e à aprendizagem.

III. Infraestrutura

No que tange à infraestrutura, a UNEB tem como maior desafio o atendimento das demandas de ampliação, adequação e manutenção da infraestrutura física e tecnológica, gerando melhoria na qualidade do desempenho de suas atividades institucionais. Historicamente, a ampliação da infraestrutura na Universidade tem ocorrido para atender as demandas de adequação da infraestrutura existente, caracterizando a ausência de um planejamento de curto, médio e longo prazo para a sua expansão. Ao longo do tempo, efetivamente a infraestrutura da universidade não acompanhou a sua densidade territorial quanto à necessidade de adequação às novas demandas sociais, gerando um

distanciamento entre a capacidade instalada da infraestrutura e os padrões de qualidade acadêmica e administrativa.

Uma nova proposta para a gestão e operacionalização da infraestrutura da UNEB foi construída, a partir de 2014, pautada na compreensão de três dimensões para análise: predial ou edificação e instalações; tecnologia da informação e comunicação; e conservação, manutenção e aquisição de recursos materiais e patrimoniais. É premissa básica dessa nova proposta, a formulação de política fundamentada nos princípios da sustentabilidade, acessibilidade, economicidade, ergonomia, eficácia e responsabilidade socioambiental, amparados no equilíbrio financeiro.

As metas de infraestrutura para o período estão abaixo relacionadas:

	META PRIORITÁRIA
1	Assessoramento para a elaboração e implementação dos Planos Diretores em todos os campi da UNEB, formalizando indicadores de sustentabilidade em todos os âmbitos.
2	Adequação da infraestrutura e de sua gestão às demandas da atualidade.
3	Levantamento das instalações da rede elétrica.
4	Reestruturação do sistema de climatização das unidades universitárias.
5	Promoção da readequação de espaços físicos nas unidades universitárias.
6	Padronização dos procedimentos adotados na fiscalização de obras.
7	Diagnóstico das condições de segurança do trabalho nas obras e serviços nas unidades universitárias.

8	Regularização da documentação dos imóveis incorporando o bem ao patrimônio da UNEB.
9	Atualização do inventário de bens imóveis.
10	Construção de pavilhão de salas de aulas.
11	Construção de Auditórios.
12	Construção de Abrigo de Resíduos Sólidos para descarte dos laboratórios de Medicina e do Serviço Médico (SMOS).
13	Construção de Residência Universitária.
14	Construção de Laboratório.
15	Construção de espaços para atendimento às necessidades infraestruturais de expansão do ensino, pesquisa e extensão universitária.
16	Desenvolvimento de uma proposta de infraestrutura física (edificações, instalações, mobiliários) para um projeto de “Campus Universitário de referência”, fundamentada nos princípios da sustentabilidade, economicidade, ergonomia e acessibilidade.
17	Instituição de uma política para gerenciamento de contratos de manutenção e preservação da infraestrutura de edificações e instalações da universidade.
18	Implantação das sedes próprias dos campi que ainda não as possuem.
19	Revisão e adequação das instalações físicas das bibliotecas da Universidade.
20	Adequação, reforma e/ou construção de espaços físicos e equipamentos que atendam às necessidades dos portadores de deficiência.

21	Desenvolvimento e implantação de projetos para construção de espaços de convivência, multifuncionais, em todos os campi.
22	Construção, adequação de estruturas físicas existentes e/ou garantia de espaços em creches através de parcerias institucionais.
23	Construção de residências universitárias em todos os campi.
24	Elaboração, sob demanda, de projetos arquitetônicos básicos e executivos para todos os campi.
25	Implantação de bibliotecas nas Residências Universitárias dos campi da UNEB.
26	Levantamento de estratégias de viabilidade para a instalação/concessão/construção de Restaurantes Universitários.
27	Redimensionamento, instalação e realização da manutenção de rede elétrica.
28	Ampliação da infraestrutura de rede lógica e elétrica.
29	Execução da complementação à construção de subestação elétrica 600 Kva - campus I.
30	Realização de manutenção preventiva e corretiva de 17 estabilizadores e nobreaks - Salvador.
31	Redimensionamento do espaço de deposição de lixo contaminado no SMOS.
32	Execução de pintura interna e externa, reparo e revestimento de tetos e paredes do SMOS.
33	Redimensionamento do espaço de atendimento do serviço de psicologia no SMOS.

34

Redimensionamento do espaço físico do SMOS, para liberação de um sanitário que atenda à diferença de gênero, bem como ao público infantil.

35

Modernização da sinalização do campus I.

A UNEB conta com diversos equipamentos, entre os quais destacam-se o Museu de Céu Aberto de Artes Rupestres e o Centro de Estudos em Ecologia e Conservação da Natureza, em Paulo Afonso; o Parque Estadual de Canudos e o Memorial Antônio Conselheiro, em Canudos; o Centro de Estudos Euclides da Cunha, em Salvador; e o Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos, em Salvador. Aos equipamentos listados somam-se os espaços destinados à gestão acadêmica e universitária, com salas de aula, auditórios, bibliotecas, salas administrativas e laboratórios vinculados ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Tabela 2 – Bens imóveis da Universidade – área terreno/área construída.

MUNICÍPIO/CAMPUS	UNIDADE	ÁREA TOTAL TERRENO (M ²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
Salvador – I	Reitoria/PROINFRA/Departamentos	111.476,03	26.438,68	Regularizando
Salvador – I	PPG/PROGRAD/PROEX/PGDP - Museu de Ciências e Tecnologias	85.000,00	4.264,95	
Lauro de Freitas – I	Pusai	20.000,00	3.720,00	Cessão de uso
Salvador – I	Cepaia	529,50	843,90	Cessão de uso
Alagoinhas – II	DEDC e DCET	50.000,00	8.603,38	Próprio
Juazeiro – III	DTCS	642.600,00	8.513,27	Próprio
Juazeiro – III	DCH	17.400,00	3.495,34	Próprio
Juazeiro – III	Campo de irrigação do salitre - DTCS	1.003.000,00	667,50	Próprio
Jacobina – IV	DCH - a	3.741,00	2.318,51	Próprio

Jacobina – IV	DCH - b	9.806,45	722,20	Próprio
Santo Antônio de Jesus - V	DCH	8.324,00	4.627,44	Próprio
Caetitê – VI	DCH	12.210,26	3.956,67	Próprio
Senhor do Bonfim – VII	DEDC	33.351,30	2.680,11	Próprio
Paulo Afonso – VIII	DEDC	24.088,00	6.290,46	Próprio
Barreiras – IX	DCH	830.000,00	4.645,75	Próprio
Teixeira de Freitas - X	DEDC	18.015,97	3.483,96	Próprio
Serrinha – XI	DEDC	24.544,51	3.392,34	Próprio
Guanambi – XII	DEDC	76.000,00	5.767,00	Próprio
Itaberaba – XIII	DEDC	28.873,75	2.391,76	Próprio
Conceição do Coité – XIV	DEDC	8.744,37	8.744,37	Próprio
Valença – XV	DEDC	15.000,00	4.564,20	Próprio
Irecê – XVI	DCHT	50.000,00	4.439,76	Próprio
Bom Jesus da Lapa – XVII	DCHT	2.852,30	1.752,27	Próprio
Eunápolis – XVIII	DCHT	14.521,80	997,00	Comodato
Camaçari – XIX	DCHT	20.000,00	1.577,00	Regularizando
Brumado – XX	DCHT	-	2.853,50	Locação
Ipiaú – XXI	DCHT	4.000,00	2.626,00	Locação
Euclides da Cunha – XXII	DCHT – a	2.975,63	881,70	Cessão de uso
Euclides da Cunha – XXII	DCHT - b	32.094,00	915,62	Regularizando
Canudos	Parque Estadual de Canudos	13.210.000,00	668,42	Próprio
Seabra – XXIII	DCHT	2.277,12	1.497,77	Locação
Xique-Xique XXIV	DCHT	7.237,90	3.270,50	Próprio
TOTAL *		16.368.663,89	131.611,33	

Fonte: PROINFRA

* Atualizado em outubro de 2015

IV. Internacionalização

O processo de globalização, iniciado na década de 90, propiciou o fortalecimento, em escala mundial, da internacionalização da educação superior, estendendo seus limites, antes restritos à pesquisa, às funções de ensino.

Seja por meio de intercâmbios de discentes e docentes, seja pelo desenvolvimento de projetos interinstitucionais, a internacionalização é fator extremamente relevante para a oxigenação das relações universitárias nesse mundo globalizado.

As relações de internacionalização não ocorrem de forma isolada, nem somente administrativa e verticalmente, mas implicam em cooperação científica, técnica e acadêmica. Dessa forma, o fomento às relações internacionais reflete na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na superação da tendência à homogeneização imposta pela globalização e na promoção do reconhecimento e respeito pelas diferenças e pelas identidades culturais.

O fortalecimento da internacionalização no âmbito da UNEB não apenas atende às exigências da atualidade, no que se refere à ampliação e modernização da Universidade, mas possibilita a institucionalização das relações internacionais, aumentando significativamente a visibilidade nacional e internacional de suas ações.

Nesse contexto, a nova Gestão Universitária criou em 2014 a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT), com a missão estratégica de fomentar políticas de internacionalização da UNEB, através de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico, e de assessorar a Reitoria na formulação de pautas internacionais, informando e comunicando sobre assuntos específicos referentes aos países, convênios e contratos, bem como apoiando os processos e tramitação de viagens. Os programas, projetos e atividades da SERINT serão desenvolvidos a partir de cinco linhas de ação, sendo elas: mobilidade e intercâmbio, iniciativa docente à internacionalização institucional, fomento ao projeto de internacionalização institucional, Núcleo de Estudos Estrangeiros e categorização por blocos dos países por afinidades culturais e idiomáticas.

A UNEB criou, ainda em 2014, o Programa Internacionalização, Mobilidade e Cooperação, integrante do PAP 2014, cujo objetivo era viabilizar o intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico, a mobilidade de discentes, docentes e pesquisadores, a cooperação técnica e troca de tecnologias desenvolvendo ações de fomento às políticas de internacionalização da UNEB.

São metas da internacionalização para o período em questão:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Fomento à política de internacionalização.	Fomentar a política de internacionalização
2	Fortalecimento dos programas de “bolsa sanduíche” e de pós-doutorado.	Fomentar a política de internacionalização
3	Fortalecimento dos programas oficiais como o PEC-G, o PEC-PG e o Ciência sem Fronteiras, além dos programas e editais regulares das Capes-MEC e do CNPq voltados para parcerias e intercâmbios internacionais envolvendo pesquisa e pós-graduação	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
4	Implantação do sistema de cadastro e acompanhamento do Programa Ciências sem Fronteiras e defluxos de Intercâmbio.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
5	Implantação da SERINT.	Implantar a Secretaria
6	Acompanhamento de toda tramitação e implantação das atividades de convênios vigentes, para apresentar os resultados e avaliar a viabilidade.	Fomentar o projeto de internacionalização institucional
7	Inserção da UNEB em pautas internacionais, mediante participação em eventos.	Fomentar o projeto de internacionalização institucional.

8	Implantação do Programa de Bolsas de Apoio Mobilidade aos Discentes, Docentes e Técnicos.	Implantar Programa de Bolsas de Apoio Mobilidade aos Discentes, Docentes e Técnicos.
9	Apoio aos discentes, docentes e técnicos em seus projetos de intercâmbio e mobilidade.	Fortalecer a política de intercâmbio e mobilidade de discentes, docentes e técnicos.
10	Realização da Semana da Herança Africana na Bahia/Brasil.	Realizar um evento com representações internacionais e nacionais.
11	Programa de apoio ao Programa de Licenciaturas Internacionais.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
12	Programa de Encontro dos Diretores dos Cursos de Letras em Lisboa ou Coimbra.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
13	Publicação de Edital intercâmbio estudantes.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
14	Publicação de Edital intercâmbio professores-pesquisadores.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
15	Publicação de Edital para técnicos.	Fortalecer os programas oficiais da Universidade
16	Realização do Congresso "Da interiorização à Internacionalização do conhecimento.	Abordar a questão da internacionalização do conhecimento no âmbito da multicampia, reunindo as IES estrangeiras parceiras.
17	Realização do simpósio Internacional Patrimônios Imateriais do Alentejo à Bahia: Canti alentajano e Capoeira.	Difundir as interfaces de dois patrimônios da humanidade para os baianos: a Capoeira e o Canti Alentejano.
18	Realização do International Scientific Coffee nos Departamentos.	Possibilitar a interação entre a Comunidade Unebiana, as IES e atores Internacionais.
19	Publicação de manuais e orientações, publicação das experiências oriundas das experiências internacionais.	Orientar, difundir e normatizar as ações da SERINT.

20	Implementação e difusão da política de internacionalização na UNEB.	Divulgar e orientar a comunidade acadêmica, sobre as ações da SERINT e as suas principais linhas de atuação.
21	Realização de Eventos em dimensão internacional (seminários, palestras, Feira Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão e Workshop.	Realizar eventos com representações nacionais e internacionais
22	Realização de Viagens e missões para articulações, estabelecimento de termos de cooperação e reuniões técnicas.	Difundir o nome da Universidade e ampliar as parcerias através de acordos, convênios de Cooperação.
23	Criação e funcionamento do Centro de Idiomas, articulado com os NEEs e a UNEAD, para toda a Universidade.	Oferecer à comunidade acadêmica cursos de idiomas.

V. Corpo docente

A política de gestão e desenvolvimento de pessoas visa à organização e integração das ações da Universidade voltadas para obtenção, preservação e desenvolvimento dos seus recursos humanos, promovendo a reflexão institucional sobre os melhores meios para a condução dessas ações, apoiando a qualificação e capacitação de seus servidores.

No que se refere ao corpo docente, um dos objetivos centrais é a promoção e o estímulo à formação docente, visando à efetiva implementação da política de formação da UNEB.

A admissão de pessoal docente para a respectiva carreira será feita por ato do Reitor, para prover cargos existentes, por meio de concursos públicos de provas e títulos, observadas as normas específicas e as condições inerentes à legitimidade do processo seletivo. A seleção pública para a contratação do professor substituto somente será utilizada para suprimento temporário de atividade de ensino, pesquisa e extensão, pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período. O professor visitante será contratado mediante carta convite, preferencialmente, a qual exigirá comprovada experiência na área específica, alta qualificação e reconhecimento na comunidade científica, com a finalidade de atender a programa especial de ensino, pesquisa e extensão, pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período.

Para fins de promoção, considera-se, além da titulação necessária para o pleito, a produtividade e o desempenho docente no que diz respeito à produção científica, participação nas atividades administrativas e acadêmicas,

A criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, sobretudo *stricto sensu*, e o aumento no número de pesquisas e das atividades de extensão demandam a readequação do quadro quantitativo de docentes, a fim de garantir a preservação da qualidade do ensino. Dessa forma, são metas para o período:

- quantitativo total de docentes (independente da classe) ampliado em 27%, nos próximos cinco anos;
- concurso público realizado, para ocupar 557 vagas até 2017;
- docentes capacitados, mediante a concessão anual de bolsas PAC-DT para mestrado e doutorado e incentivo funcional à especialização, mestrado e doutorado.

VI. Corpo técnico administrativo

A política de expansão para interiorização da educação superior tem tornado a UNEB referência de qualidade e desenvolvimento, no contexto territorial em que está inserida. Novos cursos de graduação e pós-graduação foram criados, novos setores, principalmente os laboratoriais, foram expandidos, e verificou-se o aumento no número de pesquisas e de atividades de extensão, acompanhados por um significativo crescimento do corpo discente.

Esse panorama exige uma correlação ainda maior entre as atividades finalísticas (ensino) e atividades-meio (administração, logística, suportes), evidenciando-se imprescindível a expansão do quadro técnico administrativo.

O ingresso do técnico administrativo dá-se por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de validade. A contratação de pessoal poderá também ser por tempo determinado, sob o Regime de Direito Administrativo (Reda), nos termos da

legislação vigente. Os contratos são celebrados mediante processo de seleção, conforme critérios estabelecidos em lei e edital.

Com o propósito de manter o pessoal motivado, mediante a capacitação continuada e promoção de melhorias de processos e no ambiente de trabalho, a Universidade desenvolve programas voltados à qualificação e valorização continuada dos servidores técnicos e administrativos, sendo exemplos o Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação (PAC), que oferece bolsa de estudos para os cursos de mestrado e doutorado para os servidores; treinamento nas diversas áreas por meio da Universidade Corporativa; cursos de capacitação na área de tecnologia da informação, promovidos pela Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO); e disponibilização de diárias, passagens e inscrição em congressos, simpósios e cursos para seus servidores.

A expansão das atividades universitárias, que contempla a prestação de serviços à sociedade, pede e exige o estabelecimento de metas que reforcem e promovam a qualificação do quadro do corpo técnico administrativo:

- quadro de técnicos universitários ampliado em 350 cargos e quadro de analistas universitários ampliado em 150 cargos;
- concurso público para ocupar as novas 500 vagas do corpo técnico administrativo realizado;
- desenvolvimento profissional e da qualificação de, pelo menos, 1.500 servidores técnicos administrativos promovido anualmente, mediante a oferta de cursos de capacitação;
- quatro projetos visando ao acompanhamento profissional do servidor elaborados e implantados;
- níveis de comprometimento e eficiência dos servidores na execução de suas atividades ampliados, por meio de capacitações específicas, com foco nas competências e resultados e também nas competências complementares;
- políticas de acompanhamento, avaliação, desenvolvimento e valorização do servidor implantadas.

VII. Corpo discente

O Regimento Geral disciplina que o acesso à Universidade dar-se-á mediante processo seletivo em edital específico, em que serão divulgados elementos necessários para a inscrição dos candidatos, normas regimentais, turno de funcionamento e vagas oferecidas para cada curso, obedecendo ao princípio classificatório ou através de outras formas de acesso. Estas deverão respeitar a legislação vigente, considerando o que está previsto pelos sistemas de reserva de vagas disciplinados pelo Consu.

A organização do trabalho pedagógico visa apoiar o estudante, por meio das atividades preparadas nos colegiados, na superação das dificuldades de aprendizagem e na produção do conhecimento. A concessão de bolsas nos programas de monitoria de ensino, pesquisa e extensão e nos programas de iniciação científica aumentam a participação dos estudantes em atividades extracurriculares.

A política institucional de Assistência Estudantil agrega ações voltadas para a consolidação da permanência do estudante até o final de seu curso, mediante seu programa diretor, o Programa de Assistência Estudantil (PAE), que se divide em três subprogramas: residências universitárias, bolsa auxílio-permanência e apoio às atividades culturais, artísticas, desportivas e comunitárias.

O segmento estudantil terá representação nos órgãos colegiados da Universidade, de acordo com a legislação vigente e na forma do quanto disposto pelo Regimento Geral, organizados em Diretório Central de Estudantes (DCE), no âmbito da Universidade, e Diretório ou Centro Acadêmico (DA) no âmbito de cada curso do departamento. Os órgãos de representação estudantil poderão contar com o apoio financeiro da Universidade, em conformidade com a pertinência do pedido e em obediência ao orçamento aprovado.

VIII. Sistema de bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas (Sisb), formado pela biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura, no *campus* I e em 23 unidades setoriais, localizadas nos departamentos dos demais *campi*, tem como

objetivo reunir, organizar, armazenar, conservar, disseminar, divulgar e manter atualizados os acervos bibliográficos e multimídias referentes aos assuntos que integram os programas acadêmicos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão nas suas respectivas áreas.

O acervo é constituído mediante a compra, doação e/ou permuta de livros, publicações periódicas, multimeios nos seus diversos formatos, de todas as áreas do conhecimento, priorizando os cursos oferecidos pela Universidade, especialmente os cursos recém-implantados e em processo de reconhecimento. Atualmente, o acervo atual das 24 bibliotecas totaliza 157.177 títulos e 427.679 exemplares.

O acesso ao acervo das bibliotecas se dá através da base de dados bibliográficos, utilizando o *software* Pergamum. A descrição bibliográfica obedece ao padrão MARC de catalogação. São oferecidos os serviços de acesso ao Portal da Capes – que permite ao usuário consultar e fazer o *download* de resumos e textos completos de mais de 12.479 títulos de periódicos renomados, nacionais e estrangeiros, e ao Banco de Teses e Dissertação do IBICT.

Atualmente, todas as 24 bibliotecas integradas ao Sisb são informatizadas. A pesquisa no acervo é feita diretamente pelo usuário em computadores instalados em suas sedes ou via internet, por meio do *software* Pergamum, que possibilita ao usuário acessar o catálogo do acervo, proceder a renovações e reservas de livros, consultar e acompanhar o histórico de empréstimo e devolução, receber por e-mail comprovantes de renovações e reservas, além de alertas sobre o vencimento dos prazos de empréstimos e a chegada de novas aquisições, conforme a área de interesse.

São metas para os próximos cinco anos:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Equipamento e reequipamento das bibliotecas	Equipar e reequipar as bibliotecas
2	Ampliação do espaço físico da Biblioteca Central, com instalação de salas com cabines individuais, para leitura e acesso à internet	Ampliar espaço físico da Biblioteca Central
3	Reforma e ampliação dos espaços das bibliotecas setoriais reformados e ampliados	Reformar e ampliar os espaços das bibliotecas setoriais reformados e ampliados
4	Atualização do acervo bibliográfico	Atualizar o acervo bibliográfico
5	Promoção das ações que garantam a manutenção e divulgação do acervo informacional das bibliotecas (nos suportes físicos e digitais)	Promover as ações que garantam a manutenção e divulgação do acervo informacional das bibliotecas (nos suportes físicos e digitais)
6	Instalação do repositório digital, como forma de armazenamento de objetos digitais, exclusivamente, produzidos pela UNEB	Instalar o repositório digital
7	Atualizar Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	Atualizar Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)
8	Criação de edital para contratação de serviços de desenvolvimento, suporte e manutenção de sistemas de informação elaborado.	Criar edital para contratação de serviços de desenvolvimento
9	Ampliação do número de softwares especialistas – específicos para uso em atividades laboratoriais dos cursos de graduação , inserindo tecnologias que apoiem e agreguem valor ao ensino e à aprendizagem	Ampliar o número de softwares especialistas – específicos para uso em atividades laboratoriais dos cursos de graduação
10	Revisão e adequação das instalações físicas das bibliotecas da Universidade, com vistas a garantir aos usuários, condições de acessibilidade, segurança e conforto	Revisar e adequar as instalações físicas das bibliotecas da Universidade

11	Ampliação do numero de títulos e links em biblioteca virtual	Ampliar do numero de títulos e links em biblioteca virtual
12	Ampliação e atualização do acervo bibliográfico físico disponível em cada Biblioteca, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico físico disponível em cada Biblioteca
13	Desenvolvimento de sistema para armazenamento do Repositório Institucional	Implantar o Repositório Institucional
14	Renovação da assinatura do software de gerenciamento do acervo para a versão Pergamum Web. (8.1)	Ampliar a capacidade de gerenciamento da base de dados, propiciando segurança na alimentação e recuperação da informação.
15	Ampliação do parque tecnológico e redimensionamento dos espaços e oferecer serviços de qualidade aos usuários.	Transformar a Biblioteca Professor Eivaldo Machado Boaventura em Biblioteca Modelo do SISB
16	Promoção de visitas mensais às Bibliotecas dos Departamentos visando o acompanhamento dos serviços de processamento técnico e atendimento aos usuários, bem como, a avaliação dessas unidades.	Coordenar tecnicamente as unidades de informação dos Departamentos.
17	Promoção da participação da equipe em cursos e seminários	Ampliar a qualificação da equipe do SISB
18	Modernização da Biblioteca Professor Eivaldo Boaventura e as 06 (seis) unidades do interior.	Transformar a Biblioteca Professor Eivaldo Machado Boaventura em Biblioteca Modelo do SISB.
19	Formação continuada da equipe técnica do SISB.	Ampliar a qualificação da equipe do SISB, aumentando assim a sua produtividade.
20	Realização do IV Encontro dos Bibliotecários	Realizar o IV Encontro dos Bibliotecários
21	Realização do IV Encontro dos Bibliotecários	Realizar o IV Encontro dos Bibliotecários

IX. Serviço médico, odontológico e social

O Serviço Médico (SMOS) é um órgão suplementar da UNEB, vinculado ao Departamento de Ciências da Vida – *campus* I, responsável por oferecer assistência ambulatorial nas especialidades: médica, odontológica, psicológica, fisioterápica e nutricional para técnicos, docentes, discentes e seus dependentes.

Seus objetivos buscam atender à política de humanização e acolhimento preconizada pelo Ministério da Saúde:

Para os próximos cinco anos, são metas do SMOS:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Desenvolvimento de atividades clínicas e educacionais visando à prevenção das doenças e promoção à saúde.	Desenvolver atividades clínicas e educacionais.
2	Criação de espaço para a aprendizagem nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos do DCV I.	Proporcionar espaço para a aprendizagem nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos do DCV I.
3	Implementação de ações educativas na área de saúde da mulher, do adulto e da criança, tais como oficinas, palestras, seminários e rodas de debates.	Implementar ações educativas na área de saúde da mulher, do adulto e da criança.
4	Recomposição do quadro de médicos, mediante concurso público, a fim de substituir os servidores aposentados e/ou afastados por licença.	Recompor o quadro de médicos.
5	Implementação da especialidade de endodontia no consultório odontológico, bem como a especialidade de medicina do trabalho, visando sanar os problemas decorrentes da saúde do trabalhador.	Implementar a especialidade de endodontia no consultório odontológico.

6	Ampliação da produtividade mensal do SMOS de consultas médicas e odontológicas ampliadas em 20%, e parceria com os colegiados dos cursos de enfermagem e fisioterapia estabelecida para atendimento ao público.	Ampliar da produtividade mensal do SMOS de consultas médicas e odontológicas ampliadas em 20%.
7	Implantação do Laboratório para realização de citologia oncótica, em parceria com o colegiado de farmácia, e estrutura física do SMOS ampliada, com a construção de seis novos consultórios.	Implantar o Laboratório para realização de citologia oncótica.
8	Atendimento médico ao público do Distrito Sanitário ofertado.	
9	Implementação, em todos os <i>campi</i> , de programas com ações voltadas para a assistência à saúde e psicossocial dos discentes, garantindo a qualidade de vida e permanência na universidade.	Implementar, em todos os <i>campi</i> , programas com ações voltadas para a assistência à saúde e psicossocial dos discentes
10	Construção do Abrigo de Resíduos Sólidos para descarte dos laboratórios de Medicina e do Serviço Médico (SMOS)	Construir o Abrigo de Resíduos Sólidos para descarte dos laboratórios de Medicina e do SMOS.
11	Redimensionamento do espaço de atendimento do serviço de psicologia no SMOS	Redimensionar o espaço de atendimento do serviço de psicologia no SMOS.
12	Redimensionamento do espaço de atendimento do serviço de psicologia no SMOS	Redimensionar o espaço de atendimento do serviço de psicologia no SMOS.
13	Expansão da prestação de serviços do SMOS para os campi.	Expandir a prestação de serviços do SMOS para os campi.
14	Expansão da prestação de serviços do SMOS para os campi.	Expandir a prestação de serviços do SMOS para os campi.
15	Redimensionamento do espaço físico do SMOS, para liberação de um sanitário que atenda à diferença de gênero, bem como do público infantil.	Oferecer mais conforto e segurança aos pacientes do SMOS.

16	Formação de equipe de servidores terapeutas para iniciar atendimentos.	Implementar ações voltadas a qualidade de vida no trabalho.
17	Realização de 02 encontros de acolhimento e orientação	Implementar ações voltadas a qualidade de vida no trabalho.
18	Descentralização do apoio biopsicossocial da UNEB, estruturando equipes por região.	Regionalizar a assistência à saúde e biopsicossocial estudantil.
19	Construção de uma sala para depósito de material de limpeza	Redimensionar o espaço físico do SMOS.
20	Instalação de proteção acústica na sala de atendimento da psicologia.	Oferecer melhores condições de atendimento no SMOS.
21	Instalação de proteção acústica na sala de atendimento da psicologia.	Oferecer melhores condições de atendimento no SMOS.
22	Atendimento médico, odontológico, psicológico, de nutrição e de fisioterapia.	Desenvolver, implementar e potencializar projetos e ações de assistência médica, odontológica, psicológica, de nutrição e de fisioterapia aos docentes, discentes e técnicos, bem como aos dependentes dos servidores da Instituição
23	Atendimento médico, odontológico, psicológico, de nutrição e de fisioterapia.	Desenvolver, implementar e potencializar projetos e ações de assistência médica, odontológica, psicológica, de nutrição e de fisioterapia aos docentes, discentes e técnicos, bem como aos dependentes dos servidores da Instituição
24	Ampliação do quadro de profissionais especializados do Serviço Médico para garantir o atendimento da comunidade unebiana.	Atender à demanda crescente dos usuários do Serviço
25	Aquisição de ambulância ou equipamento equivalente para o socorro emergencial.	Assegurar a adequada prestação de socorro à comunidade unebiana.

26	Retorno da coleta de material para fins de exame preventivo do câncer.	Oferecer à comunidade unebiana acesso à prevenção contra o câncer de colo de útero.
27	Participação em campanha de vacinação contra gripe.	Participar de campanha de vacinação contra gripe.
28	Participação em campanha de vacinação contra a Hepatite B e Tétano.	Participar de campanha de vacinação contra a Hepatite B e Tétano.
29	Participação na Campanha OUTUBRO ROSA.	Participar da Campanha OUTUBRO ROSA.
30	Participação na Campanha FIQUE SABENDO.	Participar da Campanha FIQUE SABENDO.

X. Editora

A editora universitária representa, para uma instituição acadêmica, um espaço estratégico e político da mais alta relevância, pois é nele que se consolida, oficializa, legitima, difunde e socializa o saber produzido na Universidade. É através de seu catálogo que a comunidade científica pode conceber o exercício da produção do saber acadêmico e da competência técnica e teórica de fazer ciência.

A Editora da Universidade do Estado da Bahia (EdUNEB), ciente desse seu papel, tem garantido a avaliação com competência sobre o mérito de sua produção acadêmica, o exercício e a gestão dos projetos de publicação, divulgação, distribuição e comercialização dentro e fora da Universidade, por meio de um corpo de professores altamente qualificados que compõem o Conselho Editorial. Neste quesito, incluem-se produtos que contribuem para ampliar a divulgação e o acesso aos livros editados, possibilitando aos leitores conhecerem a produção acadêmica em seus variados suportes e, também, àqueles leitores com necessidades especiais terem acesso no seu suporte específico. Essa política oferece aos autores uma maior visibilidade de sua obra, ampliando a frequência com que são citados.

O apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, em todas as áreas do conhecimento, reforçam o propósito de viabilizar o cumprimento do compromisso e da responsabilidade social, função precípua de uma instituição pública.

A EdUNEB, em observância aos seus objetivos, política editorial, resultados e impactos, tem se revelado um fator positivo para a avaliação assertiva nos organismos federais e estaduais, além da respeitabilidade que granjeou no mercado editorial brasileiro das editoras universitárias, com reflexos na avaliação e qualificação dos professores, programas de pós-graduação e da Universidade.

O avanço da editora nos quesitos de qualidade da produção técnica e de conteúdo tem servido sobremaneira para o fortalecimento do compromisso social e político defendido em seu projeto: contribuir para a circulação e socialização do saber científico com o mundo, por meio dos materiais que publica.

Os anseios acadêmicos associados aos avanços tecnológicos apresentam novos desafios a serem superados, com a ampliação da capacidade de produção e a incorporação às ações da EdUNEB de novos formatos, canais de publicação e socialização do saber. Além das publicações impressas, pode-se citar a publicação de livros/periódicos digitais e áudio-livros e a implantação do Repositório Institucional. Assim, para os próximos cinco anos, são metas da EdUNEB:

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Investimento na produção de periódicos da instituição, na produção técnica, científica, cultural e artística do seu corpo docente e na atuação e orientação em pesquisa e pós-graduação ampliado	Investir na produção de periódicos da instituição
2	Realização de Feiras do Livro em todos os campi, para socialização das obras produzidas pela Editora	Realizar Feiras do Livro em todos os campi

3	Publicação anual de 60 livros impressos, 30 livros digitais e dez áudio-livros por meio de edital específico apoiada	Publicar anualmente livros impressos, livros digitais e áudio-livros
4	Implantação de Livrarias universitárias nos diversos campi	Implantar Livrarias universitárias nos diversos campi (PDI)
5	Incremento da publicação de livros feito pelos servidores técnicos administrativos e docentes a partir da Editora da UNEB	Incrementar, a partir da Editora da UNEB, a publicação de livros feitos por servidores técnicos administrativos e docentes
6	Fomento da divulgação da produção acadêmica	Fomentar a divulgação da produção acadêmica
7	Garantia da participação da Editora em concursos nacionais e internacionais do universo do livro	Garantir a participação da Editora em concursos nacionais e internacionais do universo do livro
8	Realização da VI Feira do Livro Universitário da UNEB e participação em eventos científicos nacionais e locais	Realizar a VI Feira do Livro Universitário da UNEB e participar de eventos científicos nacionais e locais
9	Viabilização da associação da Editora a entidades relacionadas ao livro, que agregam valores às publicações e à Universidade, garantindo sua permanência nas associações	Associar-se a 05 entidades
10	Implantação do Repositório Institucional	Implantar o Repositório Institucional
11	Aquisição de software editorial e de verificação de plágio	Adquirir software editorial e de verificação de plágio
12	Produção de 100 exemplares do Anuário do Servidor	Produzir o Anuário do Servidor
13	Publicação de revista da Extensão	Publicar revista de Extensão

14	Publicação de uma edição semestral da Revista Saberes Discentes	Fomentar a produção e circulação do conhecimento
15	Fortalecimento da Produção Científica e Técnica, por meio da editoração, revisão, normalização, tradução e adequação de títulos	Fortalecer a Produção Científica e Técnica da Universidade
16	Produção de 2.000 exemplares da Revista do Servidor	Produzir a Revista do Servidor
17	Apoio aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu para favorecer o aumento de publicações	Apoiar Publicações Científicas
18	Fomento e ampliação das produções acadêmicas e técnico/científicas dos programas de Pós-Graduação, definindo os tipos de produções bibliográficas, em parceria com os programas e com os Departamentos.	
19	Gestão transparente, eficiente e eficaz da EDUNEB - Editora da Universidade do Estado da Bahia	Viabilizar a administração das etapas pertinentes à produção de livros (controle de custos de edição, impressão, consignação, direitos autorais, estoque, vendas, controle de operações comerciais e financeiras)
20	Publicação de Livros, Revistas, Periódicos, anais, cadernos de resumos, entre outros	Divulgar e disseminar o conhecimento, através das produções acadêmicas e técnico/científicas.
21	Produção editorial de títulos oriundos da EDUNEB, UNEAD e PPG, através da contratação de empresa especializada em serviços editoriais, cujos serviços compreende: projeto gráfico, serviços de revisão textual em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola; normalização, tradução, editoração eletrônica, ilustração e tratamento de imagens.	Divulgar e disseminar as produções científicas construídas no âmbito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.
22	Publicação de Séries e Livros Técnicos, Didáticos e Científicos	Divulgar e disseminar o conhecimento, através das produções acadêmicas e técnico/científicas.

I. Perfil de egresso

O perfil dos egressos, como instrumento de avaliação dos cursos, é contemplada transversalmente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tanto nos mecanismos de Avaliação Institucional, quanto no próprio processo de Avaliação dos Cursos de Graduação, considerando a visão de conjunto e a maturidade e objetividade dos egressos, como sujeitos principais do processo de formação.

A Universidade tem se empenhado para ampliar os programas de apoio a egressos, firmando parceria com representantes da comunidade estudantil, incorporando novos mecanismos de ação e promovendo a implantação de outros programas de assistência estudantil, a exemplo de banco de estágios, bolsa-auxílio para estudantes de baixa renda, assistência à saúde, atendimento psicopedagógico, espaço físico para participação e convivência estudantil e acompanhamento.

O acompanhamento aos egressos é realizado nos departamentos, por meio de pesquisas coordenadas pelos colegiados e por intermédio da pesquisa institucional qualificada, gerando relatórios divulgados e disponibilizados nas bibliotecas de todos os departamentos.

A avaliação de egressos dos cursos de graduação prioriza as questões sociais e educacionais relativas aos cursos/habilitações dos diversos *campi* e dimensiona as múltiplas relações entre o mercado de trabalho e os cursos oferecidos pela Universidade.

Estas informações possibilitam identificar avanços, pontos de estrangulamento dos cursos e, sobretudo, ajudam a compreender a função da Universidade em cada contexto e a redimensionar a sua prática pedagógica e social.

II. Seleção de conteúdos

Os cursos de graduação da UNEB consideram, na seleção de conteúdos, a sua relevância na formação do estudante, tendo em vista o exercício profissional e o desenvolvimento humano.

Os conteúdos relacionam-se com os objetivos que se deseja alcançar e aos métodos de ensino que permitirão o alcance desses objetivos, que, no caso particular da UNEB são: aprender a identificar, mobilizar e utilizar conhecimentos, saberes, habilidades, temas, afetos, crenças, princípios e atitudes; construir a visibilidade de uma competência, entendendo-a como uma dimensão do processo de desenvolvimento humano; e desenvolver conteúdos simbólicos diferenciados de atividades que serão transformados, reflexiva e intencionalmente, em novos conteúdos de atividades mais complexas e diversificadas.

III. Princípios metodológicos

Os princípios metodológicos que norteiam o atendimento às diretrizes pedagógicas nesta Universidade devem caminhar no sentido de:

- entender a Ciência e a produção de conhecimento como sendo um espaço de produção e disseminação de conhecimento, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica da atuação docente e discente, bem como pela responsabilidade social inerente a esse processo de produção;
- destacar que o avanço do conhecimento científico, a socialização desse conhecimento e a sua função de iluminar o senso comum permeiam as ações educativas que integram os cursos de graduação;
- definir a iniciação à pesquisa como sendo metodologicamente necessária ao crescimento dos cursos de graduação, para garantir a internalização do espírito investigativo e das

habilidades propiciadas pelas pesquisas; em igual medida, a integração entre graduação e pós-graduação, a participação em eventos científicos e em outras atividades educativas e organizativas, na medida em que articulam ensino, pesquisa e extensão e viabilizam vivências interdisciplinares e interinstitucionais;

- defender a interdisciplinaridade como um sentido maior da formação do graduando, caracterizando-a pela interação e pela partilha entre especialistas de diferentes áreas, com consequente enriquecimento de todos os atores envolvidos no processo;
- colocar os processos tecnológicos como essenciais aos processos metodológicos e necessários à construção de metodologias inovadoras, na medida em que incentivam os estudantes a desenvolverem habilidades, despertam o interesse científico, estimulam a busca de conhecimentos e sua relação com outros temas.

IV. Processo de avaliação

A avaliação do ensino de graduação observa o papel social do curso, localizando-o nos contextos local, regional e nacional; o perfil do formando/egresso/profissional, considerando as demandas e desafios da sociedade contemporânea; as competências/habilidades/atitudes, considerando que uma proposta curricular precisa estar em conformidade com o projeto pedagógico institucional e que deve ser organizada com base em uma determinada visão de homem, de mundo, de sociedade e de educação; e a hierarquização do conhecimento e da especialização profissional.

V. Atividade prática profissional, atividades complementares e de estágios

A avaliação contemplará a organização do curso, observando a prática profissional, os estágios, as atividades complementares e o trabalho de conclusão de curso. Ademais, acompanhará as modalidades diversas de estágios como o estágio escolar ou de docência, estágio-pesquisa, estágio-comunitário, estágio-organizacional, estágio-clínico e estágio-técnico.

No que concerne às atividades complementares, cabe ressaltar que fazem parte de uma determinação vigente para todos os estudantes, de qualquer curso de graduação. Elas têm como finalidade registrar a participação em eventos, a atuação em núcleos temáticos, as atividades de extensão, os estágios extracurriculares, as atividades de iniciação científica e de pesquisa, a publicação de trabalhos, a participação em órgãos colegiados e a monitoria, entre outras.

12

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNEB realiza processos de avaliação institucional desde 1998, tendo acumulado importantes resultados e algumas contribuições para o desenvolvimento institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) concluiu o primeiro ciclo de autoavaliação com as referências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em 2010, e foi protagonista na criação do Fórum de Avaliação Institucional das IES públicas da Bahia. Não obstante, ainda era necessária a consolidação efetiva de uma cultura que acolhesse a avaliação, na sua dimensão democrática e formativa, como uma atividade basilar para o desenvolvimento institucional.

No contexto histórico brasileiro de expansão das políticas públicas voltadas à avaliação da educação superior, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação Institucional (Sinaes) e o Sistema de Avaliação Nacional da Pós-Graduação (SNPG), as IES precisaram adequar suas estruturas organizacionais para atender às novas demandas advindas dos diversos processos avaliativos aos quais passou a ser submetida.

Analisando a concepção regimental das Secretarias de Avaliação criadas em universidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Juiz de Fora, constata-se que a sua composição, natureza e finalidade se destinam a contribuir e integrar os processos relacionados à macro avaliação das referidas universidades, bem como responder às imperiosas demandas dos referidos sistemas.

Da mesma forma, a UNEB decidiu pela criação da Secretaria de Avaliação Institucional (Seavi), Resolução 1.026/2014 do CONSU. A criação da Seavi encontra lastro no Regimento Geral da UNEB, em seu art. 22, incisos III, VIII, quando este evidencia a necessidade de integrar as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição, bem como articular os vários setores em torno dos processos de avaliação como um mecanismo de gestão e planejamento.

Nesses termos, a Secretaria de Avaliação Institucional (Seavi) se constitui como um órgão cujo objetivo visa integrar os processos de avaliação externos e internos, e os setores acadêmicos e administrativos responsáveis por tal finalidade. Essa articulação se viabiliza por meio da sistematização e disponibilização de informações, dados e instrumentos necessários à melhoria do desempenho e dos processos de gestão acadêmica e organizacional. Enquanto órgão vinculado ao Gabinete do Reitor tem por finalidade apresentar diretrizes e oferecer apoio acadêmico e técnico aos processos avaliativos no âmbito da Universidade.

São princípios norteadores dos processos de autoavaliação institucional na UNEB:

- respeito à identidade institucional;
- globalidade;
- incentivo à ampla participação da comunidade acadêmica;
- descentralização;
- impessoalidade;
- legitimidade política e técnica;
- flexibilidade e gradualidade;
- funcionalidade estimuladora da melhoria de processos;
- caráter formativo.

E são diretrizes para a avaliação no âmbito da Universidade:

- subsídio aos processos avaliativos no âmbito da UNEB;
- apoio e articulação com Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas ações de avaliação;
- apoio acadêmico e técnico às Pró-Reitorias, Departamentos e setores no desenvolvimento de processos avaliativos, de planejamento e de gestão organizacional;

- disponibilização de subsídios às atividades inerentes ao planejamento e à gestão organizacional;
- proposição de diretrizes gerais para a organização dos sistemas de informação no âmbito da UNEB;
- coordenação dos sistemas de avaliação no âmbito da Universidade;
- estímulo à participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação.

	META PRIORITÁRIA	OBJETIVO
1	Realização das jornadas anuais de autoavaliação, e do novo ciclo de autoavaliação institucional, cujos relatórios devem ser publicados em 2015.	Fortalecer os processos de autoavaliação institucional.
2	Consolidação das comissões setoriais nos 29 departamentos, incluindo a revisão do regimento das comissões.	
3	Criação do programa de monitoria de avaliação institucional.	
4	Participação nas reuniões e ações dos fóruns das CPAs das estaduais baianas, das IES públicas e da Ceaes.	
5	Realização do primeiro ciclo de avaliação docente na UNEB.	
6	Fortalecimento da CPA e das Comissões Setoriais de Avaliação Institucional em termos de recursos orçamentários, infraestrutura, pessoal e equipamentos.	Garantir a plena realização das suas funções, assegurando aos seus componentes a disponibilidade de carga horária prevista nos documentos legais, aprovados pelos Conselhos Universitários.
7	Incentivo permanentes à participação da comunidade universitária nos processos avaliativos, sobretudo pela ampla divulgação da efetividade dos seus resultados nas tomadas de decisões na UNEB.	Assegurar credibilidade aos processos avaliativos.

8	Fortalecimento dos processos de monitoramento dos diversos programas/atividades desenvolvidos pela Universidade, através da PROPLAN e respectivos órgãos gestores.	Subsidiar o aperfeiçoamento dos processos de avaliação institucional, planejamento e gestão.
9	Afirmação dos processos de avaliação como base para o planejamento e gestão universitária, notadamente na construção e revisão do Plano de	Implementar, em todos os <i>campi</i> , programas com ações voltadas para a assistência à saúde e psicossocial dos discentes
10	Realização da revisão do PDI vigente no ano de 2014.	Atualizar e divulgar o documento institucional.
11	Aperfeiçoamento da gestão da informação na UNEB.	Assegurar a fidedignidade e credibilidade dos dados de suporte aos processos avaliativos.
12	Realização de diagnóstico dos sistemas de informação da UNEB.	Identificar, mapear e explorar os diversos sistemas que armazenam informações sobre a Universidade, a fim de subsidiar o incremento dos mesmos.
13	Discussão ampla junto à Comunidade Universitária sobre os níveis de adesão da UNEB ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em articulação com as demais universidades estaduais.	
14	Criação de mecanismos institucionais de avaliação, a exemplo da participação mais frequente da CPA e Comissões Setoriais nos Conselhos Superiores e Órgãos Departamentais.	Assegurar a incorporação das contribuições advindas da avaliação institucional nos processos de tomada de decisão na UNEB.
15	Realização da campanha BOM CENSO É 100%.	Integrar as informações e dados da UNEB necessários ao Cen-so/INEP 2013.
16	Elaboração de Relatório Sintético de Avaliação.	Realizar diagnóstico preliminar junto aos órgãos e setores, com entrega de relatório sintético, a fim de subsidiar decisões estratégicas.
17	Elaboração de instrumentos de avaliação do PDI.	Avaliar o documento institucional norteador das ações da Universidade.

18	Definição de diretrizes para a política de Avaliação Institucional.	Estabelecer bases e procedimentos de avaliação, de maneira a constituir diretrizes comuns aplicadas aos processos avaliativos.
19	Coordenação da participação da UNEB no Censo da Educação Superior 2015/INEP.	Atender a demanda do INEP e coletar insumos para cálculo de conceitos oficiais de avaliação.
20	Elaboração de portfólio de serviços prestados pelo 0800 do SAGRES.	Orientar e divulgar informações acerca dos serviços prestados nesse atendimento.
21	Sistematização, produção e divulgação do anuário estatístico "Uneb em dados".	Divulgar informações consistentes e fidedignas sobre a UNEB.
22	Automatização da integração dos sistemas SIGP e SAGRES.	Manter as bases de informações de docentes alinhadas e consistentes.
23	Integração dos sistemas Moodle e SAGRES.	Manter as bases de informações de docentes alinhadas e consistentes
24	Execução do Programa de Reorganização e Reorientação dos Procedimentos Acadêmicos.	Reorganizar a base de dados e reorientar os procedimentos acadêmicos.
25	Geração de cadastro padronizado para professores atuantes em programas especiais.	Garantir a consistência da informação e o seu envio às plataformas de avaliação oficiais.
26	Coordenação da participação da UNEB no ENADE 2016/INEP.	Orientar e coordenar os procedimentos para participação de estudantes no Exame e coletar insumos para cálculo de conceitos oficiais de avaliação.
27	Desenvolvimento de indicadores de avaliação e gestão acadêmica dos cursos de graduação.	Auxiliar a gestão da Universidade na tomada de decisão.
28	Realização de levantamento da oferta dos cursos de graduação no Estado da Bahia.	Mapear a oferta de cursos na Bahia e gerar relatório por território.

I. Planejamento econômico-financeiro

As restrições orçamentárias e financeiras constituem-se em fatores críticos limitantes à otimização das ações da Universidade, fortalecendo os argumentos quanto à necessidade de definição e implementação de um modelo mais consistente de financiamento da educação superior pública.

A política nacional e estadual de financiamento da educação superior tem produzido efeitos perversos nas universidades públicas, posto que limita os recursos orçamentários, gerando impactos à manutenção, fortalecimento e expansão das ações das universidades.

Em linhas gerais, o processo de alocação dos recursos aos orçamentos em educação nem sempre considera a avaliação de desempenho das instituições de ensino superior como indicador influenciando, conseqüentemente, os resultados, os produtos e os serviços que se obtém das instituições de ensino superior. As prioridades de alocação aos orçamentos não estão diretamente associadas a critérios que reflitam a realidade das universidades estaduais, negligenciando suas reais demandas, necessidades e missão estatutária (ensino, pesquisa e extensão).

Os recursos destinados à educação superior não são tão suficientes quanto necessitam as instituições. Apesar de ter crescido historicamente, os investimentos em educação ainda são considerados insuficientes frente a problemas estruturais do sistema de ensino superior público estadual.

Reconhece-se que houve um incremento no orçamento da Universidade, o qual ainda não responde, todavia, às reais necessidades da instituição.

Observando-se o desempenho financeiro relativo ao orçamento do Governo do Estado nos anos recentes, pode-se afirmar que o seu crescimento não foi suficiente para atender às demandas da Universidade, em contínua expansão.

A concentração de recursos na categoria de despesas correntes, com predominância nas despesas com pessoal e encargos, sinaliza que ainda que considerados importantes e tenham alcançado algum consenso, as prioridades de alocação aos orçamentos não estão diretamente associadas a critérios que reflitam a realidade das instituições de educação superior, negligenciando muitas vezes os resultados qualitativos do trabalho acadêmico.

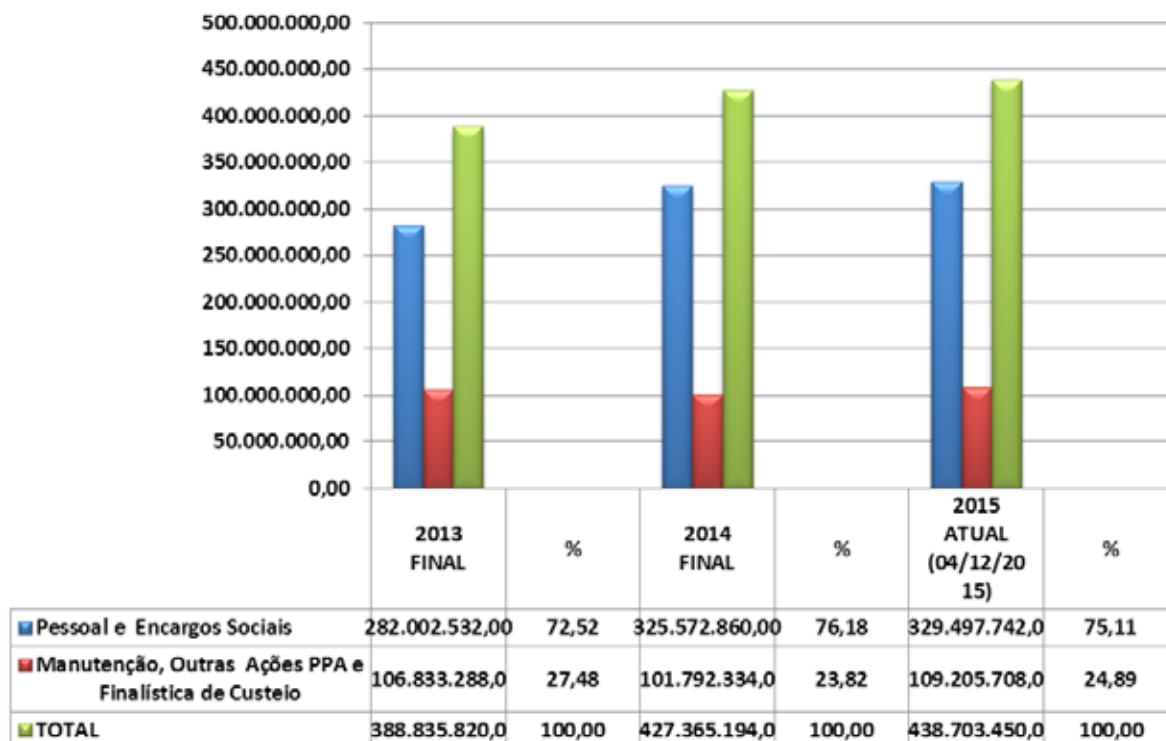
No período de 2013 a 2015, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram em média 73,8% do volume global do orçamento para cada exercício. Já a Manutenção, Outras Ações do PPA e as Finalísticas de Custeio respondem por apenas 26,20%.

Tabela 3 - Orçamento UNEB 2013-2015

CATEGORIA DA DESPESA	2013 FINAL	%	2014 FINAL	%	2015 ATUAL (04/12/2015)	%
Pessoal e Encargos Sociais	282.002.532,00	72,52	325.572.860,00	76,18	329.497.742,00	75,11
Manutenção, Outras Ações PPA e Finalística de Custeio	106.833.288,00	27,48	101.792.334,00	23,82	109.205.708,00	24,89
TOTAL	388.835.820,00	100,00	427.365.194,00	100,00	438.703.450,00	100,00

Fonte: FIPLAN, PROPLAN

Gráfico 1 - Orçamento UNEB 2013-2015



Fonte: FIPLAN, PROPLAN.

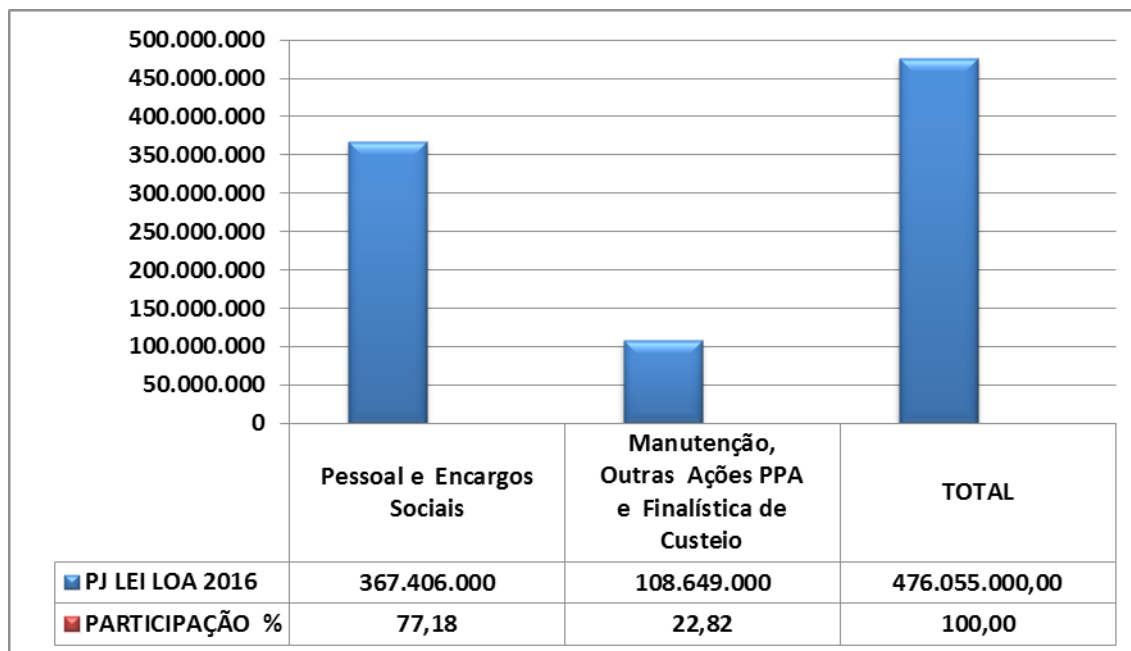
A estrutura orçamentária para o exercício de 2016, prevista no Projeto de Lei nº 21.530/2015 que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016, amplia a participação dos recursos destinados ao grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais para 77%, reduzindo, conseqüentemente, Manutenção, Outras Ações do PPA e as Finalística de Custeio para 23%.

Tabela 4 - Orçamento UNEB 2016

PL LOA 2016	PARTICIPAÇÃO %
367.406.000	77,18
108.649.000	22,82
476.055.000,00	100,00

Fonte: Projeto de Lei nº 21.530/2015

Gráfico 2 - Orçamento UNEB 2016 (PL LOA 2016)



Fonte: Projeto de Lei nº 21.530/2015

A Universidade do Estado da Bahia mantém a firme decisão de defender uma política consistente de financiamento das universidades, assegurando o grau de autonomia universitária e investimentos que preservem os valores substanciais das Instituições Universitárias. Tal política deve favorecer a transparência e o diálogo com todas as instâncias envolvidas, a fim de desenvolver entendimentos construtivos em favor do conjunto das Instituições de Educação Superior Estaduais da Bahia.

Frente a restrições, a UNEB tem implementado, em especial nos últimos dois anos, medidas internas voltadas à modernização das estruturas organizacionais, gestão e processos administrativos, fortalecendo os mecanismos de avaliação, transparência administrativa e de comunicação com a sociedade, de forma a melhorar a eficiência, efetividade e a transparência da gestão acadêmica, administrativa e financeira, bem como o controle e medição da qualidade do gasto público por meio de soluções integradas de tecnologias da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade, à redução de custos e produtividade na aplicação dos recursos públicos.

Esse quadro sugere que o ambiente externo transita com poucas perspectivas para novas transferências de recursos orçamentários estaduais diretamente para a UNEB, o que implica na adoção de estratégias para a atração de novos recursos financeiros de outras fontes de financiamento.

Assim, a UNEB tem buscado agregar aos recursos do Tesouro aportes originários de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, convênios e contratos de repasses com os diversos ministérios e órgãos do Governo Federal, convênios com secretarias e órgãos dos governos estadual e municipal, com órgãos e instituições governamentais, com instituições não governamentais, bem como com a iniciativa privada e com o Terceiro Setor.

II. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira

As tabelas 5 a 8, referentes ao demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira do período 2013-2017, foram elaborados tendo como parâmetro os orçamentos 2013, 2014 e 2015. Toma-se, ainda, por referência, no contexto do horizonte temporal do PDI 2013/2017, os agregados previstos no Plano Plurianual 2012-2015 e 2016-2019³, sendo este segundo em fase de apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA).

Os dados inerentes a 2013 e 2014 foram atualizados considerando incorporações decorrentes de mobilizações orçamentárias incorridas nos respectivos exercícios, apresentados em orçamento inicial final.

Em 2015 adota-se a mesma estratégia, utilizando, todavia, para esse fim, a data de corte 04/12/2015. Os dados de 2016 estão lastreados no Projeto de Lei nº 21.530/2015. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016, também em trâmite na ALBA.

³ Projeto de Lei nº 21.474/2015, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, em apreciação na Assembleia Legislativa.

De acordo com a Mensagem⁴ ao projeto de lei retro mencionado o ano de 2015 tem se configurado como um ano de ajustes importantes na economia, principalmente no que se refere às tentativas de retomar e consolidar a estabilidade econômica com disciplina fiscal e combate à inflação, com atenção voltada para as mudanças do ambiente internacional e suas implicações no país.

Neste cenário, indicadores sobre a economia brasileira mostram baixos níveis de confiança do empresariado e do consumidor, menor geração de postos de trabalho a altas taxas de juros e elevada pressão inflacionária onde as previsões para o PIB-Brasil 2015 indicam uma retração em torno de 2%.

Entretanto, para 2016 o governo considera um cenário mais positivo no segundo semestre, em que o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros, do câmbio e de outros indicadores serão essenciais à formatação de um ambiente macroeconômico favorável.

No contexto referenciado, a Proposta Orçamentária do Estado para 2016 apresenta um incremento de 6,5% em relação aos orçamentos aprovados para o exercício de 2015.

Dessa forma, na projeção dos valores para 2017 toma-se o mesmo parâmetro de crescimento, qual seja 6,5%.

4 Mensagem nº 032/2015 de 29/09/2015 http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ploa/PLOA2016/PLOA_2016_Mensagem_n_32_ao_PL_n_21530_2015.pdf

Tabela 5 - Receitas previstas x realizadas UNEB 2013-2015

FONTES	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
	2013		2014		2015	
A. Transferências do Estado	359.544.200	388.835.820	397.557.000	427.365.194	438.340.000	438.703.450
Recursos do Tesouro						
0.100	214.000	14.554.788	0	28.962.508	100.000	119.338
5.100/5.300	146.000	296.832	24.000	636.086		336.152
0.114	359.184.200	373.984.200	397.533.000	397.766.600	438.240.000	438.247.960
B. Receita de Outras Fontes	42.115.571	66.200.957	36.744.000	74.384.227	29.440.000	59.624.375
0.124				2.900.000		0
0.213	34.153.000	34.153.000	34.380.000	34.380.000	27.574.000	27.574.000
0.613		2.997.437		966.119		3.404.391
0.231	7.962.571	13.891.922	2.364.000	8.327.854	1.866.000	4.879.267
0.631		14.770.425		27.395.578		23.597.220
0.633		226.285		83.371		135.575
0.664		59.600		59.600		
0.626		78.900				
0.233				200.000		33.922
0.237		15.310				
0.637		8.078				
0.226				56.900		
0.237				698		
0.637				14.107		
TOTAL (A+B)	401.659.771	455.036.777	434.301.000	501.749.421	467.780.000	498.327.825

Fonte: Fiplan Gerencial em 04/12/15, 2013 a 2015.

Tabela 6 - Receitas previstas UNEB 2016 e projeção 2017

FONTES	PREVISÃO (1)	PREVISÃO/PROJEÇÃO
	2016	2017
A. Transferências do Estado	476.055.000	490.336.650
Recursos do Tesouro		
0.100		
5.100 / 5.300	3.000	3.090
0.114	476.052.000	490.333.560
B. Receita de Outras Fontes	18.169.679	18.714.769
0.124		
0.213	17.887.717	18.424.349
0.613		
0.231	267.000	275.010
0.631		
0.633		
0.664		
0.626		
0.233		
0.237	14.962	15.411
0.637		
0.226		
0.237		
0.637		
TOTAL (A+B)	494.224.679	509.051.419

Fonte: Projeto de Lei Nº 21.530/2015. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016.

Tabela 7 - Despesas UNEB 2013-2017

	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO
	2013		2014		2015	
A. Despesas correntes	388.035.771	444.428.911	423.321.000	489.114.178	450.939.000	479.389.448
1. Pessoal e Encargos	248.536.000	282.002.532	288.986.000	325.572.860	329.594.000	329.497.742
Tesouro						
0.100	0	13.738.997	0,00	26.981.598,00	0,00	19.338,00
5.100 / 5.300	0					
0.114	248.536.000	268.263.535	288.986.000,00	298.591.262,00	329.594.000,00	329.478.404,00
Outras Fontes						
2. Outras despesas correntes	139.499.771,00	162.426.379,00	134.335.000,00	163.541.318,00	121.345.000,00	149.891.706,00
Tesouro	97.786.200,00	98.228.126,00	97.978.000	94.727.002	93.701.000,00	95.647.888,00
0.100	360.000	961.791	0	2.439.179	100.000,00	249.172,00
5.100 / 5.300 / 5.114	0	101.361			0,00	147.422,00
0.114	97.426.200	97.164.974	97.978.000	92.287.823	93.601.000,00	95.251.294,00
Outras Fontes	41.713.571	64.198.253	36.357.000	68.814.316	27.644.000	54.243.818
0.124	0			823.837		
0.213	33.751.000	33.751.000	33.993.000	33.993.000	27.377.000	27.377.000
0.613	0	2.978.070	0	947.712	0	3.146.354
0.231	7.962.571	13.520.672	2.364.000	6.184.006	267.000	2.801.042
0.631	0	13.702.238	0	26.515.985	0	20.757.925
0.633	0	163.285	0	83.371	0	127.575
0.664	0	59.600	0	59.600		
0.233			0	192.000	0	33.922
0.237	0	15.310	0	698		
0.637	0	8.078	0	14.107		
B. Despesas de capital	13.624.000	10.607.866	10.980.000	12.635.243	16.841.000	18.938.377
1. Investimentos						

Tesouro	13.222.000	8.605.162	10.593.000	7.065.332	15.045.000	13.557.820
0.100			0	153.817		
5.100 / 5.300	0	49.471			0	39.558
0.114	13.222.000	8.555.691	10.593.000	6.911.515	15.045.000	13.518.262
Outras Fontes	402.000	2.002.704	387.000	5.569.911	1.796.000	5.380.557
0.124			0	2.076.163		
0.213	402.000	402.000	387.000	387.000	197.000	197.000
0.613	0	19.367	0	18.407	0	258.037
0.231	0	371.250	0	2.143.848	1.599.000	2.078.225
0.631	0	1.068.187	0	879.593	0	2.839.295
0.633	0	63.000			0	8.000
0.626	0	78.900				
0.233			0	8.000		
0.226			0	56.900		
TOTAL	401.659.771	455.036.777	434.301.000	501.749.421	467.780.000	498.327.825

Fonte: Fiplan Gerencial em 04/12/15, 2013 a 2015.

Tabela 8 - Despesas UNEB 2016 e projeção 2017

	ORÇADO	PROJETADO
	2016	2017
A. Despesas correntes	479.074.679	510.214.533
1. Pessoal e encargos	367.406.000	391.287.390
Tesouro		-
0.100	0,00	-
5.100 / 5.300		-
0.114	367.406.000,00	391.287.390
Outras Fontes		-
2. Outras despesas correntes	111.668.679,00	118.927.143
Tesouro	93.587.000,00	99.670.155
0.100	0,00	-
5.100 / 5.300 / 5.114	3.000,00	3.195
0.114	93.584.000,00	99.666.960
Outras Fontes	18.081.679	19.256.988
0.124		-
0.213	17.799.717	18.956.699
0.613		-
0.231	267.000	284.355
0.631		-
0.633		-
0.664		-
0.233		-
0.237	14.962	15.935
0.637		-
B. Despesas de capital	15.150.000	16.134.750
1. Investimentos		-
Tesouro	15.062.000	16.041.030
0.100		-
5.100 / 5.300		-
0.114	15.062.000	16.041.030

Outras Fontes	88.000	93.720
0.124		-
0.213	88.000	93.720
0.613		-
0.231		-
0.631		-
0.633		-
0.626		-
0.233		-
0.226		-
TOTAL	494.224.679	526.349.283

Fonte: PROJETO DE LEI Nº 21.530/2015. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016.

CATANI, Afrânio Mendes; DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. Natureza jurídica, organização acadêmica e gestão universitária. In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis (Orgs.). Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa. São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999

SEPLAN. Projeto de Lei nº 21530/2015. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ploa/PLOA2016/PLOA_2016_Projeto_de_Lei_n_21530_2015.pdf

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo. Brasília: UnB, 1999

UNEB. Plano de Gestão (Reitoria 2014-2017). Salvador: 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional>

UNEB. Plano de Ações Prioritárias (Reitoria 2014-2017). Salvador: 2014. Disponível em: <http://www.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional>

UNEB. PPA 2012/2015. Salvador: 2012. Disponível em: <http://www.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional>

UNEB. Compatibilização de Documentos para Revisão e Atualização do PDI. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional>

UNEB. Lei 10.862/2004 – SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

UNEB. Documentos – 1ª Consulta Ampla Universitária. Disponível em: <http://www.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional>

UNEB. Regimento Geral. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2009/10/REGIMENTO-GERAL-DA-UNEB-2012.pdf>



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA